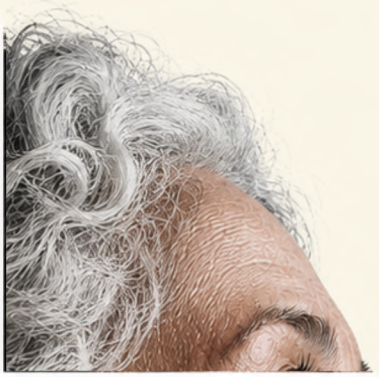
REVISTA
DIÁLOGOS
A revista que pensa a cultura de paz no ambiente escolar.
ANO 2 | Nº 3
2026














Mulheres Bordadeiras de Memórias

Prevenção à Violência e Misoginia contra Mulheres e Meninas nas Escolas

Com Jordânia Maria Fróes
Marina Cordeiro
Terlúcia Maria da Silva

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

REVISTA DIÁLOGOS

Sobre a Capa:Um convite a olhar o avesso do bordado

Há mais tempo do que conseguimos nos lembrar, meninas chegam ao mundo e trazem consigo um pedaço de algodão cru, algumas linhas de cores diversas, agulhas e um pequeno e simples bastidor. De posse dessas ferramentas, aos poucos, somos convidadas e ensinadas: primeiro a colocar a linha no fundo da agulha, prender firme o(s) nó(s) para que as meadas não se percam enquanto a ponta dura e fria do metal perfura o tecido para aos poucos fazer surgir imagens – pequenas flores, casinhas com um escape de fumaça da cozinha de onde emergem os cheiros e sabores mais importantes; somos ensinadas a medir nosso valor por aquilo que fazemos e entregamos para os outros.

Com isso não digo que a forma de registrar a existência dos meninos seja melhor ou menos penosa, é que hoje calhou de podermos escolher (palavra deliciosa) contar a história pelo bordado feminino.

Bordado, aliás, é o nome que alguém deu a esse conjunto de pontos mais ou menos articulados, pensados para serem bonitos, para parecerem difíceis, para contar as histórias de vida de alguém. Muitas de nossas ancestrais não sabiam ler as palavras feitas com a pena ou a caneta tinteiro, mas escreviam como ninguém as imagens que surgiam à ponta de suas agulhas, para fazer toalhas que cobriram mesas para as refeições, ou lençóis com os quais cobriram os leitos onde construíram suas famílias, recebiam seus filhos ou mesmo serviram de casulo para os corpos dos que partiram.

Assim, linhas e pontos se unem em uma ciranda repleta de encantamento, onde sacis e crianças correm livres pelos caminhos de rios, pelas cumieiras de casas vistas de longe, pelo desenho das nuvens que passavam ligeiras, levadas pelo vento, como o próprio tempo. Mas falar de bordado é falar também de uma regra muito bem-marcada na vida de quem se vê às voltas com a arte de bordar: "bordadeira que se preze apresenta o avesso tão perfeito quanto o lado que escolheu mostrar."

Ora, quanta pretensão!

Quem poderia, alma vivente, ter controle das linhas que se cruzam por debaixo das circunstâncias, do que atravessa o tempo, do que escolhemos (ou escolhem por nós) ocultar? Trata-se de uma metáfora linguística, semiótica, um jogo cujas regras, tão antigas, hoje podemos burlar. Então chegamos às terras de Burarama, um território encaracolado aos pés das montanhas de Cachoeiro de Itapemirim, onde Meninas de muitas idades se reúnem para desenhar. Quando suas agulhas mergulham nos tecidos levam consigo cores e dores das histórias de racismo e discriminação, mas ao emergirem trazem consigo outras meadas, curadas, porque ouviram dizer de outros construtores de pontos de memória que "a medicina cura o corpo, mas a Arte cura a alma". E nesses mergulhos de suas agulhas, Meninas que não se viam gente e não ousavam se representar como eram, aos poucos percebem que não estão erradas na vida; deixam de se questionar por que não vieram "da cor certa", percebem que, na verdade, viveram cativas de gente má, criminosa e perversa.



As Meninas Bordadeiras de Burarama nos convidam a tatear seus pontos e suas linhas, a analisar com detalhes suas cores e imagens que escolheram representar. Elas falam do mundo todo quando falam dos seus quintais, entregam beleza e delicadeza em cada uma de suas imagens lindamente representadas, mas principalmente rasgam a regra de que o avesso do bordado precisa ser sempre perfeito, ele não precisa, ele não é. A vida se reinventa nas linhas que se entrelaçam para desenhar histórias que vivemos e outras que ainda vamos contar. Meninas como as Bordadeiras de Burarama continuam chegando todos os dias a este mundo e é por isso que a Revista Diálogos as recebe como quem convida para uma tarde de compartilhamento de biscoitos de limão e chá quentinho. Mergulhe conosco nesse avesso, imperfeito e maravilhoso, da Diálogos – Edição Mulheres!

Dianni Pereira de Oliveira
Sou arte educadora, mestra em educação, psicóloga clínica, designer gráfica e neta de dona Angelina Mapelli Pereira, bordadeira que também me ensinou a bordar.

Direitos Humanos
Inclusão
Aprendizagem para a Paz
Liberdade
Organização Solidária
Gestão de Conflitos
Oportunidades Educativas
Sustentabilidade

Sumário







Editorial 6

Ficha Técnica 8

Ponto de Partida 10

Histórias que Inspiram 12

Quebrando Silêncios 16

Entrevista 20

Falem, Mulheres! 27

Jornadas Científicas 32

Artigo de Opinião 36

Datas que Educam para a Paz 39

#sejalegaltambemnovirtual 42

Ecoformando 44









Editorial

E agora José(s)?

Por Vinnicius Camargo de Souza Laurindo

Este famoso verso de Drummond é a nossa “chamada pública” para que os homens possam se integrar ao debate que iremos travar aqui. Isso se faz necessário, afinal de contas, a violência contra a(s) menina(s) e mulher(es) é produto de um sistema que têm os homens como maiores representantes. Apesar de sabermos que sexo biológico não determina gênero e, portanto, não determina maneiras de ser e estar no mundo, entendemos que o gênero é a forma primária de dar significado às relações de poder. Tais relações são traduzidas em uma balança desigual em que se atribui determinado valor ao masculino e ao feminino, organizando, assim, o que cada um pode ou não fazer em nossa sociedade. Nesse sentido é necessário reconhecer que fortalecer as meninas/mulheres, construir redes de apoio e pensar em espaços seguros é muito importante, mas essas questões por si só não são suficientes. É preciso desempoderar o poder, ou seja, sem a desconstrução do padrão de masculinidade tradicional que causa dor e sofrimento a todas as pessoas, incluindo os homens, continuaremos reproduzindo o machismo e a violência contra meninas e mulheres.

Diante dessa reflexão, esta terceira edição da Revista Diálogos é um chamado para a ação diante da epidemia que estamos vivendo. Pensar a construção de uma escola plural demanda que a gente reflita sobre: O que faz um espaço ser realmente seguro e acolhedor para todos(as) na escola? Quais são os impactos, quando as vozes e experiências de determinados grupos, como meninas e mulheres, são silenciadas no ambiente escolar? Por que é tão importante discutir também os marcadores sociais da diferença articulados à questão do gênero (como raça, sexualidade, classe e idade só para citar alguns) para começarmos a pensar na possibilidade de mudança desse cenário?

Respostas simplificadas a essas perguntas parecem satisfazer o imaginário das pessoas que acham que ações ocasionais têm o poder de impactar a violência de forma micro no ambiente escolar e de forma macro na nossa sociedade. Educar para a paz vai além do simplismo das soluções prontas dos “manuais” online que pouco dizem a nós. É preciso fazer um raio-x dos problemas que nos assolam considerando que as questões sociais atingem as pessoas de forma desproporcional. Sendo assim, educar para a paz significa produzir um espaço seguro para todas as pessoas, sobretudo àquelas que sofrem com a violência de gênero que tanto impacta o clima escolar.

Nesta terceira edição, a revista Diálogos se dedica inteiramente ao enfrentamento às violências contra meninas e mulheres, reconhecendo que esse é um problema com bases profundas, que atravessa a escola, os territórios e as políticas públicas. Na seção **Ponto de partida**, abrimos a edição com o panorama das violências de gênero e com as ações coordenadas pela Secretaria Estadual das Mulheres, destacando a educação como eixo estratégico na prevenção, na proteção e na articulação da rede. Em **Histórias que inspiram**, apresentamos a experiência da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), que vem construindo escolas como espaços de acolhimento e escuta para mulheres em situação de violência, especialmente na EJA. A partir de formações, redes de apoio e mudanças institucionais, essas escolas se tornam territórios de cuidado, capazes de reconhecer sinais, romper silêncios e articular a comunidade escolar com a rede de proteção.

Na seção **Quebrando silêncios** e na coluna #sejaleGALTAMBÉMNOVIRTUAL, o foco recai sobre as violências de gênero mediadas pelas tecnologias, discutindo extorsão sexual, exposição não consensual de imagens, *deepfakes* e outras formas de ataque que afetam meninas e mulheres no ambiente digital, com o objetivo de apontar caminhos pedagógicos e canais de denúncia. Na seção **Entrevista,** conversamos com a Prof.ª Dr.ª Rosely Pires, coordenadora do Programa Fordan (Ufes), que evidencia o caráter histórico, racial e de classe das violências, além dos limites e potências da rede de proteção, reforçando a importância da educação básica como espaço de formação cidadã e de articulação com a universidade e com o sistema de justiça.

Em **“Falem, Mulheres!”**, abrimos espaço para o Ministério das Mulheres, por meio da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SENEV). As autoras apresentam o papel do Ministério na articulação de políticas nacionais - como a Lei Maria da Penha, o Programa Mulher Viver sem Violência e o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios - e defendem que a escola é um lugar estratégico para romper com a misoginia, enfrentar a “machosfera” e prevenir violências nos espaços físicos e digitais.

Em **Jornadas Educativas**, discutimos a educação como estratégia de longo prazo para prevenir as violências baseadas em gênero, mobilizando dados nacionais e marcos legais para pensar uma educação transformadora, antissexista e comprometida com os direitos humanos a partir da contribuição do Instituto Serenas. A seção **Artigo de Opinião** é um convite do professor Dr. Leandro Teófilo para o debate sobre as Masculinidades, convocando a escola a intervir, desde a infância até a juventude, na construção de modos de ser homem que não se sustentem na dominação, na violência e no silenciamento das mulheres.

Por fim, na seção **Ecoformando**, trazemos experiências territoriais que articulam educação, sustentabilidade e protagonismo feminino, mostrando que enfrentar a violência também significa fortalecer vínculos comunitários, criar outros modos de convivência e afirmar a escola como lugar de vida digna, segura e possível para todas.

Toda essa edição busca impactar de forma positiva esse caminho tortuoso trilhado por muitas meninas e mulheres. Veremos aqui que a história das mulheres não deve ser entendida somente como um assunto de mulheres, ou como uma história que diz respeito tão somente aos aspectos privados da casa, do cuidado, da reprodução… A história das meninas e mulheres, assim como sua luta por existência, deve ser encarada como um interesse de toda a sociedade, e é por isso que a Educação Capixaba precisa estar totalmente alinhada com essa questão. Que as seções que trazemos aqui possam servir de inspiração para as práticas pedagógicas, administrativas e políticas de cada leitor(a)…… e que possamos seguir promovendo a mudança que tanto queremos.



Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

Secretária de Estado da Educação
Andréa Guzzo Pereira

Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Aline de Freitas Dias

Gerente de Currículo da Educação Básica
Jocilene Gadioli de Oliveira

Subgerente de Educação Ambiental
Jéssica Aflavio dos Santos

REVISTA DIÁLOGOS
Ano 2, Nº 3, 2026

suea@edu.es.gov.br

Direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de
textos e imagens sem autorização.

Revista Diálogos
A revista que pensa a cultura de paz no ambiente escolar. Publicação semestral da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.
Ano 2, n. 3 (2026)

ISSN 3086-5301

Nota Técnica
Esta publicação utilizou recursos de inteligência artificial para apoio à revisão gramatical e estilística em estágios iniciais do processo editorial. A curadoria final é humana.

CONSELHO EDITORIAL
Aldete Maria Xavier
Andreia Guzzo Pereira
Jéssica Aflavio dos Santos
Jocilene Gadioli
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

PRODUÇÃO DE TEXTOS
Aldete Maria Xavier
Ana Cláudia Araujo de Lima
Débora Lira
Graziela Santos
Kleidiana Cassia Silva Borges
Mariane Luzia Folador Dominicini Berger
Mônica Nadja Silva d'Almeida Caniçali
Rayvo Viana do Nascimento
Vinnicius Camargo de Souza Laurindo

ARTICULISTAS
Amarilson de Oliveira Candido
Bianca Orrico
Isabella Ferro
Jordânia Maria Fróes
Larissa de Albuquerque Silva
Leandro Teofilo de Brito
Marcel Merlo Mendes
Marina Cordeiro
Ricardo Pecinali Miotto
Terlúcia Maria da Silva

REVISÃO DE TEXTOS
Fernanda Maia Lyrio

FOTOGRAFIA
Thiago Coutinho

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN
Dianni Pereira de Oliveira

COLABORADORES
Aline Eduardo Machado
Rosely Silva Pires

Ponto de Partida

Violência de gênero: o que os dados mostram e como o Espírito Santo tem respondido

A SESM coordena esse conjunto de políticas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero e à promoção dos direitos de meninas e mulheres.

A violência de gênero não é um tema distante da escola nem está restrito ao ambiente doméstico. Ela atravessa o cotidiano de meninas, mulheres, famílias e comunidades e impacta diretamente a trajetória escolar, a aprendizagem, a permanência e a saúde emocional das estudantes. No Espírito Santo, esse desafio tem sido enfrentado por meio de uma política pública estruturada, que articula diferentes áreas do governo e reconhece a educação como parte central da prevenção e da proteção.

Hoje, a Secretaria Estadual das Mulheres (SESM) coordena um conjunto de políticas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero e à promoção dos direitos de meninas e mulheres, atuando de forma integrada com educação, segurança pública, assistência social, saúde e justiça.

Resposta à violência

No início dos anos 2000, o Espírito Santo viveu um cenário crítico de violência. Em 2009, a taxa de homicídios chegou a 56,9 por 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional à época. A maior parte dos casos se concentrava na Região Metropolitana de Vitória, atingindo de forma mais intensa populações que vivem em territórios com maior vulnerabilidade social.

Diante desse quadro, o governo estadual criou o Programa Estado Presente em Defesa da Vida, com ações integradas de segurança e proteção social, baseadas no monitoramento contínuo de dados e na atuação direta nos territórios mais afetados. Esse modelo passou a orientar também o enfrentamento da violência contra meninas e mulheres, reforçando a compreensão de que segurança pública e garantia de direitos precisam caminhar juntas.

Esse processo ganhou um novo marco em março de 2023, com a criação da Secretaria Estadual das Mulheres (SESM), instituída como órgão responsável exclusivamente por formular, coordenar e implementar políticas públicas voltadas à proteção, à promoção de direitos e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência contra meninas e mulheres.

Construída a partir de experiências anteriores – como a Subsecretaria e a Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIMES) e os movimentos de mulheres, a SESM alinha seu planejamento ao Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, ao Pacto Estadual pelo Enfrentamento às Violências contra as Mulheres e às diretrizes do Governo Estadual na gestão 2023–2026.

Mulher Viva +

No ano de 2025, para fortalecer e integrar as iniciativas existentes, o Espírito Santo criou o Eixo Mulher Viva +, incorporado ao Programa Estado Presente em Defesa da Vida. O programa tem como objetivo enfrentar todas as formas de violência contra meninas e mulheres e promover igualdade de gênero, em sintonia com a Agenda 2030 da ONU.

O Mulher Viva + atua em duas frentes: promoção da equidade de gênero e raça e enfrentamento às violências, coordenando 15 projetos estruturantes que envolvem secretarias de Estado e instituições parceiras. Esse trabalho intersetorial articula ações de segurança, proteção social, educação, geração de renda, cultura, esporte e pesquisa.

A secretária de Estado das Mulheres, Jacqueline Moraes, destacou a relevância do programa Mulher Viva+: “Falar do Mulher Viva+ é falar de inovação e intersetorialidade. É um programa que monitora e protege a mulher em todas as frentes porque nós não queremos que a mulher apenas sobreviva à violência; nós queremos que ela viva com plenitude. O Mulher Viva+ existe para dizer que o lugar da mulher é onde ela quiser, inclusive viva, autônoma e segura.”

Nos territórios, essas políticas se materializam por meio de equipamentos e serviços como os Centros Margaridas, que concentram em um mesmo espaço atendimento às mulheres em situação de violência, qualificação profissional, orientação e ações de fortalecimento da autonomia.

Além disso, a autonomia econômica é reforçada por iniciativas como a Caravana Margaridas, que percorre municípios com ações de incentivo ao empreendedorismo feminino e à geração de renda, contribuindo para reduzir situações de dependência que aumentam a vulnerabilidade à violência.

O projeto Fortalece Mulheres, estimula a criação e o fortalecimento dos Organismos de Políticas para Mulheres nos municípios, com apoio técnico, integração ao Pacto Estadual de Prevenção ao Feminicídio e entrega dos kits Mulher Viva +. Essa estrutura local amplia a capacidade de resposta e aproxima a rede de proteção das comunidades escolares.

Na dimensão da proteção, o Mulher Viva + reúne iniciativas como a Patrulha Maria da Penha, o projeto Homem que é Homem, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher Itinerantes, as Salas Marias e o programa Mulher Segura, que ampliam a fiscalização das medidas protetivas, o acompanhamento de agressores e o atendimento humanizado.

Entre os serviços de maior complexidade está a Casa Abrigo Estadual, que garante acolhimento sigiloso e proteção integral a mulheres e seus filhos em risco iminente de morte. A existência desse equipamento reforça a importância de que profissionais da educação saibam identificar sinais de violência e acionar corretamente os fluxos da rede de proteção.

Outros projetos, como, Qualificar ES Mulher, Elas no Campo e na Pesca e Tec Mulheres, combinam formação, qualificação profissional e reflexão sobre relações de gênero e masculinidades, promovendo mudanças de comportamento e convivência.

A política estadual se apoia em conceitos que também orientam práticas educativas, como transversalidade, intersetorialidade e interseccionalidade. Eles ajudam a compreender que a violência de gênero não é um problema isolado e que escola, família, comunidade e poder público compartilham responsabilidades na construção de ambientes seguros.

Ao fortalecer políticas públicas, produzir dados, por meio do Observatório MulherES, estruturar serviços e dialogar com diferentes setores, o Espírito Santo amplia sua capacidade de enfrentar a violência de gênero de forma integrada. Nesse contexto, a escola ocupa um lugar estratégico: é espaço de prevenção, escuta, orientação e encaminhamento.

Ao se apropriar das informações, conceitos e experiências apresentados, educadores, estudantes, gestores e demais profissionais da educação podem contribuir para a promoção dos direitos humanos, da cultura de paz e da proteção de meninas e mulheres, dentro e fora do ambiente escolar.

Onde procurar ajuda

Mulheres em situação de violência podem buscar apoio e orientação nos seguintes serviços:

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
Atendimento gratuito, 24 horas por dia, com orientação e encaminhamento para a rede de proteção.

Emergência – 190 (Polícia Militar)

Em situações de risco imediato.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams)
Para registro de ocorrência e solicitação de medidas protetivas.

Centros Margaridas
Atendimento integrado com acolhimento, orientação, apoio psicossocial e encaminhamentos.

Rede municipal de assistência social e saúde
CRAS, CREAS e unidades de saúde podem orientar e acionar a rede de proteção.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria das Mulheres

Fabiana Malheiros é Secretária Estadual das Mulheres

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

HISTÓRIAS *que inspiram*

Escolas como lugar de acolhimento às mulheres em situação de violências: transformação da escola em rede de cuidado e proteção

Atualmente estamos vivendo uma verdadeira epidemia de violências contra as mulheres. Isso acaba afetando a vida de muitas meninas e mulheres que fazem parte da comunidade escolar. A violência doméstica, a fragilidade de medidas protetivas e o feminicídio compõem um ciclo perverso que atinge desproporcionalmente mulheres negras e periféricas – realidade que marca muitas das alunas atendidas pela Educação de Jovens e Adultos.

A escola é um dos raros espaços institucionais frequentados com alguma regularidade por essas mulheres, transformando-se, quando bem equipada, em território estratégico para identificar sinais, promover acolhimento e acionar redes de apoio. Nesse sentido, os ambientes escolares, com uma postura ética e comprometida com as demandas sociais, podem se configurar como espaços fundamentais, consolidando-se como importantes agentes de transformação dessa realidade violenta.

A série histórica disponível no Observatório da Segurança Pública (SESP) do Espírito Santo revela uma escalada dos índices de violência doméstica entre 2022 e 2025: 19.414 (2022), 21.784 (2023), 23.848 (2024) e 26.363 (2025) casos registrados. Em se tratando do crime de feminicídio, dentro da mesma série histórica, 35 mulheres foram assassinadas em 2022; 35 em 2023, 41 em 2024 e 35 em 2025. É importante ressaltar que apenas no 1º trimestre deste ano, 7 mulheres foram vítimas de feminicídio em nosso estado.

Uma análise do panorama nacional a partir dos dados de violência contra a mulher do Fórum Brasileiro de Segurança Pública expõe a ascensão do crime de feminicídio: 1455 (2022), 1475 (2023), 1492 (2024) e 1568 (2025) casos registrados.

Diante desses dados alarmantes sobre as violências contra mulheres no estado do Espírito Santo e no Brasil, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) por meio da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (Geeja) implementou o projeto "Escolas como lugar de acolhimento a mulheres em situação de violências". Tal iniciativa foi concebida a partir do entendimento de que a escola pode se constituir como um espaço estratégico de acolhimento e escuta, sendo, muitas vezes, uma das poucas instituições abertas para romper com o ciclo de silêncio.

Ancorado em pesquisas e em um compromisso ético-político, o projeto surge do encontro entre a Geeja da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), o Programa de Extensão e Pesquisa Fordan/UFES e o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública (Nudem/DPES).

Formação, redes e movimentos:

Em 2024, foi realizada a "**Formação e fortalecimento de redes de apoio a mulheres em situação de violências"**, estruturada em 120 horas, com encontros, atividades de campo e ações assíncronas. Participaram 6 (seis) escolas estaduais, equipes técnicas das Gerências Geeja, Gerência de Currículo da Educação Básica (Geceb), Gerência de Planejamento (Geplan) e Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa (G-Apoie) em um movimento que testou metodologias, identificou desafios e caminhos possíveis e estruturou políticas públicas.



Registros de encontros da formação. Arquivo Geeja (2024).

A organização aconteceu em módulos temáticos, articulando educação, direitos humanos, justiça, saúde, tecnologia, comunicação e ação psicossocial. Pesquisadoras do Fordan, profissionais da Defensoria Pública e equipes da Sedu conduziram reflexões sobre tipos e ciclos de violência, escuta humanizada, acolhimento sem julgamento, encaminhamentos seguros e responsáveis, proteção da identidade, tecnologias como ferramentas de proteção e redes sociais como campo de enfrentamento.

Com a formação, gestores(as), professores(as), pedagogos(as) e equipes multiprofissionais passaram a reconhecer indícios, nomear violências e entender que acolher é saber escutar, orientar e encaminhar com responsabilidade. O movimento provocou a compreensão de que a escola não precisa "resolver sozinha" a violência, mas pode ser elo para que a mulher acesse os equipamentos necessários para sair do ciclo de violência.

Na prática: mudanças institucionais



Avanços implementados na rede em 2025.

Entre os avanços institucionais, destaca-se a **garantia da prioridade de matrícula para mulheres em situação de violência e seus filhos**, assegurando o direito de escolher uma escola estratégica, que garanta a proteção e permita às famílias se reorganizarem, evitando rotas de risco e preservando sua segurança.

A ordem de **prioridade** para alocação é:

Estudantes com deficiência (Física; Intelectual, auditiva, visual, TEA, altas habilidades e superdotação/Altas Habilidades).	Art. 27, do **Estatuto da Pessoa com Deficiência.**
Crianças e adolescentes dependentes de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.	Art. 9º, §7º, **da Lei Maria da Penha.**
Estudantes oriundos do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (CIASE): estudantes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas.	**Portaria Nº 199-R, de 25 de julho de 2025.**
Proximidade residencial: Estudantes que residem próximo à unidade escolar, caso haja vaga disponível.	Art. 53 do **Estatuto da Criança e do Adolescente.**
Vínculo familiar: Estudantes que têm irmãos já matriculados na unidade escolar, desde que haja disponibilidade de vagas.	Art. 53 do **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

Prioridades previstas no Manual de Chamada Pública Escolar. Sedu (2025).

Dados fornecidos pela Geplan indicam que, no ato da implantação, cerca de 400 pessoas solicitaram ingresso na rede, recorrendo à prioridade de escolha de vaga de matrícula para "*crianças e adolescentes dependentes de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar*".

Outro avanço foi a pactuação para que a violência de gênero fosse tratada como justificativa em casos de ausências, reconhecendo a necessidade de flexibilizar normas escolares quando a mulher precisa faltar por ameaça direta, para se deslocar com urgência ou reorganizar seu local de moradia[1].

A Geceb trouxe avanços em suas formações e materiais orientadores, para tornar as escolas mais seguras e prevenir violências de gênero, ampliando o tema para além da EJA e alcançando toda a comunidade escolar.

A práxis em duas escolas

Em 2025, o projeto entrou em sua fase operacional com a escolha de duas escolas-piloto: **EEEFM Iracema Conceição Silva** e **EEEFM Terra Vermelha**. Assim, as ações passaram a se materializar no cotidiano escolar com criação de espaços para acolhimento, articulação com equipes da Apoie, rodas de conversa, escutas individuais e construção coletiva de protocolos ajustados às realidades locais.

As escolas traçaram uma cartografia da rede de acolhimento questionando "Quais aparelhos existem no território?"; "Como acionar a Defensoria?"; "Que medidas evitam a exposição?"; "Como acolher sem invadir?"; "Como realizar trabalhos preventivos com os alunos?".

Mesmo não havendo um modelo a ser reproduzido, há princípios fundamentais que, quando articulados, legitimam as intencionalidades da formação: a ética, o sigilo, o cuidado, o encaminhamento correto, a não culpabilização e o compromisso com a permanência escolar são imprescindíveis nas situações de acolhimento às mulheres violentadas.





Escolas em ações de desdobramento da Formação**.** Arquivo GEEJA (2025).

Esse compromisso se materializa em ações concretas — **escuta sem julgamentos ou revitimização, encaminhamentos seguros, articulação com a Defensoria Pública e com redes de apoio e de promoção da saúde**. Fica evidente que a escola, quando preparada e respaldada institucionalmente, pode atuar como uma **rede viva**, que não substitui a justiça e a assistência social, mas se integra a esses serviços como **espaço de confiança e de proteção**.

Nas escolas-piloto, também foi detectada a necessidade de ampliar o debate de gênero em contextos marcados pela naturalização da violência. Longe de enfraquecer o projeto, isso reforça sua urgência e aponta novos passos, com formações voltadas ao público masculino, focadas na sua transformação.

A criação de um **Grupo de Trabalho permanente**, envolvendo Estado e sociedade civil, fortalece a sustentabilidade e a expansão da proposta, consolidando-a como política estruturante, pautada na educação e na defesa da vida.

1 No ano de 2026, em decorrência da Res. CNE/CEB nº 03/2025, o instrumento que garantia tal flexibilização na EJA deixa de compor o escopo de prerrogativas adotadas pela rede pública. Diante dessa atualização, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo revogou as permissões dessa medida.

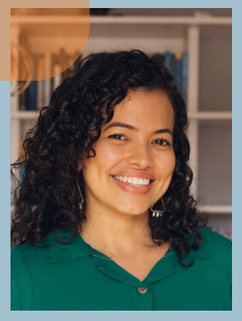
Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Ao compartilhar essa experiência, a Geeja mobiliza outros equipamentos educativos a reconhecerem que a escola, inevitavelmente atravessada pelas violências contra mulheres, pode e deve ser um território de proteção e reconstrução da vida.

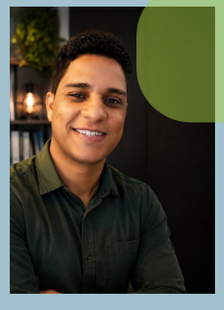




Mariane Luzia Folador Dominicini Berger é professora e pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, atuando como Gerente de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA). Mestre em Ensino de Humanidades com pesquisa vinculada à Educação do Campo/Currículo/Formação de Professores do Campo e Multisseriação.



Ana Cláudia Araujo de Lima é graduada em Letras-Português pela Ufes, professora efetiva da rede estadual de ensino do Espírito Santo, atuando como técnica-pedagógica na Gerência de EJA (Geeja). É mestranda do PPGEH-IFES, na linha de Formação de Professores e também desenvolve trabalhos de mediação de leitura literária, escrita criativa, produção didática para a EJA e projetos educacionais e formativos na área de Linguagens.



Rayvo Viana do Nascimento é professor da Educação Básica e servidor da Secretaria da Educação do Espírito Santo (SEDU/ES). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutorando do Programa de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas nos campos do currículo, das políticas educacionais e da formação de professores.



Educação para a cidadania digital: desafios e caminhos para a prevenção da violência de gênero online

Autoria: Bianca Orrico e Isabella Ferro

A crescente presença de crianças e adolescentes nos ambientes digitais tem transformado as formas de socialização, aprendizagem e construção de identidades, expondo esse público a novos riscos e vulnerabilidades. Segundo a pesquisa TIC *Kids Online* Brasil, 93% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos utilizam a internet diariamente; 23% tiveram o primeiro contato com a rede até os 6 anos de idade e 60% até os 10 anos (CETIC.br, 2024).

Na internet, violências estruturais e desigualdades históricas contra mulheres e meninas ganham amplificação, especialmente por meio de extorsão sexual, compartilhamento não consensual de imagens íntimas e *deepfakes* sexuais gerados por inteligência artificial. Esses exemplos de violência de gênero online afetam grupos minorizados de forma desproporcional. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que cerca de 1,5 milhão de brasileiras tiveram fotos ou vídeos íntimos compartilhados online sem consentimento nos últimos 12 meses (FBSP, 2025).

As meninas e mulheres são as principais vítimas, com repercussões diretas em sua saúde e bem-estar, além de afetar o exercício de sua privacidade e dignidade. Em um levantamento da Safernet Brasil[1], identificamos que mais de 2,6 milhões de usuários no Telegram participavam de grupos dedicados à comercialização de imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na plataforma (SaferNet Brasil, 2025)[2]. Em mapeamento recente[3], também identificamos a ocorrência de casos de criação e circulação de *deepfakes* sexuais em contextos escolares em 10 dos 27 estados brasileiros, indicando a disseminação dessa forma de violência no cotidiano educacional.

1 Organização brasileira com 20 anos de atuação na promoção do uso consciente e responsável das tecnologias com foco em direitos humanos e proteção de crianças e adolescentes.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Entendendo os conceitos

Frequentemente, confunde-se a prática do *sexting* com o crime de ameaça ou compartilhamento não consensual de imagens íntimas. O ***sexting*** (junção de *sex* + *texting*) refere-se ao envio de mensagens, fotos ou vídeos de conteúdo sexual[4]. É um fenômeno comportamental contemporâneo, muitas vezes ligado à descoberta da sexualidade e à intimidade entre pares. O problema surge quando há quebra de confiança, coerção, chantagem ou divulgação sem consentimento, transformando uma interação privada em instrumento de violência.

Quando alguém ameaça divulgar imagens, vídeos ou informações de cunho íntimo para constranger a vítima a enviar novos conteúdos, dinheiro ou atender a outras exigências, isso é chamado **extorsão sexual** (Silva, 2022). Trata-se de uma forma de violência que combina coerção, abuso de poder e exploração, frequentemente iniciada a partir de interações em redes sociais, jogos online ou aplicativos de mensagens. É uma forma de violência que pode configurar como violação sexual mediante fraude (Art. 215 da Lei nº 12.015, de 2009).

Já as ***deepfakes*** **de cunho sexual** consistem na manipulação de imagens, vídeos ou áudios por meio de inteligência artificial para criar conteúdos falsos, associando o rosto de uma pessoa a cenas íntimas ou sexualizadas. Mesmo sem a existência de material real, essas montagens podem ser utilizadas para humilhar, chantagear, silenciar ou controlar vítimas, produzindo danos semelhantes aos do vazamento de imagens verdadeiras e ampliando os riscos de violência digital baseada em gênero (Santos et al., 2025). No Brasil, o art. 216-B da Lei nº 13.772, de 2018 afirma que produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes é crime e na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo (Brasil, 2018).

Essas violações não podem ser compreendidas apenas a partir das tecnologias que as viabilizam, mas, sobretudo, das estruturas sociais que fazem com que meninas e mulheres sejam alvos preferenciais dessas violências. Somado a esse cenário, um outro elemento que agrava a **revitimização** é o julgamento moral, deslocando a responsabilidade do autor da violência para a vítima, reforçando estereótipos de gênero e sustentando uma cultura que naturaliza a exposição, punição e linchamento virtual de meninas e mulheres.

Para quem vivencia essa violência, as consequências incluem sentimentos de culpa e vergonha, isolamento, evasão escolar, transtornos de ansiedade e depressão e, em situações extremas, comportamentos autolesivos e risco de suicídio. O temor do julgamento contribui para que muitas estudantes permaneçam em silêncio e deixem de buscar ajuda. Romper esse ciclo exige uma mudança de enfoque: acolher a vítima e orientar e responsabilizar aqueles que ameaçam, produzem, divulgam ou compartilham conteúdos íntimos sem consentimento.

Caminhos de prevenção e proteção: O papel da escola

A escola ocupa um lugar fundamental como espaço de formação crítica, proteção e cuidado, capaz de promover reflexões sobre consentimento, respeito e direitos, e de fortalecer uma cultura de uso consciente, responsável e ético das tecnologias digitais, como prevê a Competência Geral 5 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que trata da cultura digital, e o Complemento de Computação da BNCC (BNCC, 2022). A incorporação desses referenciais nos currículos escolares visa não apenas desenvolver habilidades técnicas, mas também fomentar a reflexão

2 Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/safernet-verifica-aumento-de-denuncias-grupos-e -usuarios-do-telegram-envolvidos-com-imagens

3 Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/mapeamento-da-safernet-identifica-deepfakes-sexuais-em-escolas-em--10-dos-27-estados

4 Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/sexting--é-uma-expressão-da-sexualidade-na-adolêscencia

sobre os impactos do uso das tecnologias na vida cotidiana, nas relações sociais, no exercício da cidadania e no respeito aos direitos humanos fundamentais.

A partir disso, apresentamos a Disciplina de Cidadania Digital, iniciativa gratuita realizada pela organização Safernet Brasil em cooperação com o Governo do Reino Unido, com o objetivo de apoiar professores(as) e redes de ensino na implementação de um currículo que promova a cidadania e segurança digital no contexto escolar. A iniciativa disponibiliza um curso formativo de 60 horas e um caderno de aulas com carga horária de 50 horas, balizados por marcos legais e diretrizes da educação digital e proteção de crianças e adolescentes, voltados para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para conhecer e participar do projeto, acesse: https://cidadaniadigital.org.br/

Um outro recurso que pode apoiar o diálogo sobre esta temática é o Guia Meninas em Rede, criado pela Safernet Brasil, em parceria com o UNICEF Brasil: https://www.diadainternetsegura.org.br/guia-meninas-em-rede/

Onde buscar ajuda e como denunciar

Segundo o Código Penal brasileiro, é crime divulgar imagens de nudez sem consentimento (Lei nº 13.718/2018). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando envolve menores de 18 anos, é considerado crime o registro, armazenamento, posse e distribuição de imagens sexualmente explícitas de crianças e adolescentes (art. 240 e 241 da Lei nº 8.069/1990).

- **Passo a passo para denunciar sextorsão:** https://new.safernet.org.br/content/infografico-como-denunciar-sextorsao

Em casos de compartilhamento público de imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (como em *posts* de redes sociais, fóruns abertos online ou sites), denuncie no Canal de Denúncias da Safernet Brasil.

- **Acesse:** www.denuncie.org.br

Para denunciar ou prevenir vazamentos (ameaça e extorsão), existem ferramentas globais que ajudam a impedir que elas sejam publicadas nas principais redes sociais.

- **Para pessoas com menos de 18 anos:** Acesse o ***Take It Down*** (takeitdown.ncmec.org). Desenvolvido pelo NCMEC (centro norte-americano de crianças desaparecidas e exploradas), o serviço ajuda a remover ou impedir a postagem de imagens íntimas online de forma segura e privada.
- **Para maiores de 18 anos:** Acesse o **StopNCII.org** (stopncii.org). A ferramenta gera uma impressão digital (*hash)* da imagem diretamente no seu dispositivo, sem que a foto saia do seu celular, e compartilha esse código com as plataformas participantes para bloquear o *upload* do conteúdo. Para estes casos, é preciso que a imagem ainda não tenha sido compartilhada.

Se uma estudante está vivenciando alguma situação de violência online e precisa de orientação sobre como pode proceder, a Safernet Brasil oferece um canal de ajuda onde é possível buscar apoio por meio de chat ou e-mail.

- **Acesse:** www.canaldeajuda.org.br

Conclusão

A prevenção da violência digital baseada em gênero contra crianças e adolescentes requer ações articuladas entre diferentes atores. Esse dever compartilhado é apresentado no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, que estabelece ser responsabilidade da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, inclusive aquelas que se manifestam no ambiente digital. Reconhecer essa corresponsabilidade é fundamental para a construção de políticas públicas, práticas educativas e mecanismos de responsabilização capazes de promover mais segurança, justiça e equidade para meninas e mulheres em suas experiências online.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301



Bianca Orrico é psicóloga, doutora em Estudos da Criança pela Universidade do Minho (Portugal) e mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra (Portugal). Na SaferNet Brasil, atua desde 2012 na equipe do canal de ajuda e na área de educação, desenvolvendo materiais pedagógicos e suporte a educadores em projetos de Cidadania Digital. É membro do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda) e do Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.





Isabella Ferro é graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG) e em Relações Internacionais pela Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina (UNISUL). Analista de Projetos de Educação na Safernet Brasil, atua em iniciativas de formação de professores e famílias, engajamento jovem, participação de adolescentes, e promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet.

Referências

Brasil. (2017). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Brasil. (2022). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Complemento de Computação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/anexo_parecer_cneceb_n_2_2022_bncc_computacao.pdf

CETIC.BR. **TIC *Kids Online* Brasil**. 2024. Disponível em:https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic_kids_online_2024_livro_eletronico.pdf . Acesso em: 10 janeiro 2026.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). **Visível e invisível** [livro eletrônico]: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf

Safernet Brasil (2025). **Projeto Disciplina de Cidadania Digital**. https://cidadaniadigital.org.br/

Santos, Thammy Novakovski dos; Lourenço, Rafaela Gessner; Santos, Danyelle Leonette Araújo do; Trigueiro, Tatiane Herreira (2025). **Pornografia *deepfake*:** análise de reportagens de um caso brasileiro à luz de gênero e geração. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, e350318, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/G8KjhpVQdGNG6sGvBYHDRpL

Silva, Mariana Almeida (2022). **A internet como ambiente facilitador à violência de gênero:** *cyberstalking*, sextorsão e *revenge porn*. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 86, out./dez. 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/3600511/Mariana+Almeida+da+-Silva_RMP-86.pdf

ENTREVISTA



Entrevista com **Rosely Silva Pires**
Coordenadora do Programa Fordan

Rosely é professora da UFES, Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF/RJ. Indicada pela Deputada Federal Jack Rocha e eleita uma das cinco mulheres brasileiras referência no combater violência de gênero, homenagem recebida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher de Brasília em 2025. Fundadora e coordenadora do programa de pesquisa e extensão da UFES, Fordan: cultura no enfrentamento às violências, programa de acolhe mulheres negras e periféricas, seus filhos e filhas, em vulnerabilidade social, a maioria em situação de violências. Coordenadora do projeto Mulheres na Ciência/FAPES (2022-2023) com a produção do aplicativo Fordan para denúncia das violências contra mulheres negras, quilombolas, indígenas, com deficiência, de religiões de matriz africana, trans, travesti, bissexual, PCDs, (corpos invisibilizados). O App Fordan está rodando no ES com verba parlamentar da Jack Rocha. Livro lançado na bienal internacional do livro em SP: “Fontes inéditas sobre Dom Pedro II e Luiz XIV: protagonistas do tráfico e exploração Sexual de Bailarinas (2022)”. Coordenadora do GT Nacional Fordan (UFF, UFOP, UFPB, UFBA, UFES) para a produção de protocolos nacionais de acolhimento às mulheres, encaminhamento de denúncias e punição de agressores.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

1 - Rosely, a senhora poderia contar um pouco sobre a sua trajetória no enfrentamento às violências contra as mulheres?

Minha trajetória no enfrentamento às violências contra as mulheres está profundamente vinculada à minha história de vida. Sou uma mulher negra, de periferia, e venho de uma família marcada pelo acolhimento de mulheres. Minha bisavó, por exemplo, era parteira em sua região, em Muriaé (MG), e tinha o hábito de permanecer dias (às vezes até um mês) na casa das mulheres após o parto, cuidando delas até a recuperação. Minha avó seguiu esse mesmo caminho: mesmo trabalhando como empregada doméstica, buscava, por meio de sua religiosidade, oferecer apoio e cuidado às mulheres da comunidade, muitas vezes caminhando à noite, com lamparina, para prestar auxílio.

Cresci nesse ambiente de cuidado e solidariedade. Desde muito cedo, participei dessas vivências. Lembro-me de, ainda criança, ensinar poesias às filhas dessas mulheres enquanto minha avó realizava atividades com elas. Minha mãe também mantinha essa postura, e, na adolescência, eu já realizava visitas a asilos e orfanatos. Assim, as questões relacionadas aos direitos humanos e ao cuidado com o outro sempre fizeram parte da minha formação.

Quando chego à universidade, já como professora com experiência no magistério, ingresso no curso de Educação Física com o objetivo de atuar na escola. Nesse percurso, começo a trabalhar em laboratório de pesquisa e amplio meu olhar para a educação em diferentes espaços, mantendo também minhas ações em instituições sociais. Em 2005, crio o fordan, inicialmente como um programa vinculado a parcerias institucionais, com foco no atendimento a crianças, mães e professores. Paralelamente, seguia atuando, também por meio da filantropia, no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade — uma prática que dialoga diretamente com a história das mulheres da minha família.

Com o tempo, o Fordan se consolida como um programa multidisciplinar, ampliando suas ações e estruturando núcleos nas áreas jurídica, de saúde, cultura e educação. Essa trajetória é atravessada tanto pela minha experiência pessoal quanto pela atuação profissional. Muitas vezes me perguntam se minha atuação decorre de uma vivência direta de violência doméstica. Eu não vivi esse tipo específico de violência, mas, como mulher negra, experimento outras formas de violência cotidianas, como o racismo e o epistemicídio, inclusive no espaço acadêmico.

Minha formação acadêmica também reflete esse percurso. No mestrado, investiguei a violência no contexto escolar, estudando comunidades formadas no entorno do presídio de Pedrinhas, no Maranhão, e o papel da educação na transformação da realidade dessas crianças e famílias. Já no doutorado, optei por me aprofundar nas Ciências Jurídicas, justamente para compreender melhor os aspectos legais da violência contra as mulheres e qualificar a atuação do programa.

Hoje, o FORDAN atua a partir de uma perspectiva multidisciplinar, articulando educação, saúde e direito, com o objetivo de promover o acolhimento e a transformação da realidade de mulheres em situação de violência. Minha trajetória, portanto, é resultado dessa intersecção entre história de vida, formação acadêmica e compromisso social.

2 – Rosely, a senhora coordena o Fordan, um laboratório multidisciplinar que atua há cerca de duas décadas no enfrentamento às violências contra as mulheres. Na sua avaliação, quais são os principais desafios para quem trabalha no combate à violência contra a mulher?

Os desafios são muitos, pois a violência contra a mulher é um fenômeno extremamente complexo. Ainda é comum ouvir interpretações simplificadas, como a ideia de que a mulher permanece em uma situação de violência porque quer. No entanto, essa leitura desconsidera uma série de fatores estruturais que atravessam essas situações.

Quando observamos os dados, especialmente no contexto da periferia, percebemos que há uma relação direta entre violência, raça e condições socioeconômicas. A maioria das mulheres assassinadas no Brasil é negra, e isso não se explica por uma suposta maior violência dos homens negros, mas pela fragilidade das redes de apoio disponíveis a essas mulheres. Em geral, são mulheres com baixa escolaridade, sem autonomia financeira e com filhos, o que torna ainda mais difícil romper com o ciclo da violência. Sem condições materiais mínimas, como renda, moradia e apoio para o cuidado com os filhos, a saída dessa situação se torna extremamente difícil.

Nesse sentido, não é possível dissociar a violência contra a mulher do racismo. Nossas pesquisas mostram que o racismo atravessa inclusive os espaços institucionais de proteção. Há casos em que mulheres sofreram violência também no momento do atendimento, com registros de falas racistas em boletins de ocorrência e até em decisões judiciais. Isso revela que o problema não está apenas na ausência de políticas, mas também na forma como essas políticas são implementadas e no modo como essas mulheres são acolhidas.

Outro grande desafio é o acesso às políticas públicas. Muitas mulheres em situação de vulnerabilidade não conseguem acessar seus direitos, seja por não saberem ler e escrever, seja por não terem acesso a tecnologias básicas, como um celular com acesso à internet ou um computador. Durante a pandemia, nossas pesquisas evidenciaram essa dificuldade. Procedimentos que parecem simples, como solicitar uma medida protetiva de forma online, tornam-se inviáveis para quem não dispõe dos meios necessários.

Além disso, há limitações estruturais importantes. A rede de atendimento ainda é insuficiente para atender à demanda existente. Um exemplo é a Defensoria Pública, instituição fundamental para a proteção dessas mulheres, mas que dispõe de equipes reduzidas para atender a um grande número de casos. Isso impacta diretamente na agilidade e na efetividade do atendimento.

Também enfrentamos desafios no funcionamento dos próprios serviços de segurança. Em algumas situações, mesmo diante de risco iminente, o atendimento não ocorre com a urgência necessária. Em outras, os procedimentos são demorados e pouco sensíveis às condições dessas mulheres, que muitas vezes permanecem horas aguardando atendimento, sem alimentação, sem recursos para retornar para casa e sem apoio imediato.

Diante desse cenário, o grande desafio do Fordan é pensar e incidir sobre políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, acessíveis, inclusivas e eficazes, especialmente para o público mais vulnerável. Isso implica tanto a necessidade de ampliar o acesso à educação e à autonomia das mulheres quanto a adaptação das políticas para atender aquelas que, neste momento, ainda não têm condições de acessar os serviços disponíveis.

Nossa experiência mostra que o enfrentamento à violência exige uma atuação articulada e multidisciplinar. É necessário integrar ações nas áreas da saúde, do direito, da assistência social, da educação e da cultura. No Fordan, trabalhamos dessa forma, acompanhando as mulheres de maneira contínua e integrada, o que tem sido fundamental para evitar desfechos mais graves.

> Quando se trata de violência contra a mulher, o tempo é um fator decisivo para salvar vidas.

Portanto, embora seja um processo complexo, é possível avançar. No entanto, isso exige investimento, compromisso institucional e, sobretudo, respostas rápidas e efetivas, porque, quando se trata de violência contra a mulher, o tempo é um fator decisivo para salvar vidas.

3 – Rosely, muitas vezes a violência contra a mulher é tratada como um problema individual ou restrito ao âmbito doméstico. Como que a pesquisa acadêmica tem ajudado a evidenciar o caráter estrutural, histórico e social dessas violências?

Sim, temos desenvolvido pesquisas que evidenciam o caráter estrutural da violência contra as mulheres. Uma de nossas pesquisas analisa a efetividade das medidas protetivas e mostra que são justamente as mulheres da periferia (em sua maioria, mulheres negras) as que mais têm essas medidas descumpridas. Esse mesmo perfil aparece nos casos de feminicídio, o que revela que não se trata de situações isoladas, mas de um problema social profundamente marcado por desigualdades.

Muitas vezes, os casos são tratados como episódios pontuais ou motivados por questões banais, mas essas violências estão enraizadas em uma construção social

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

do que é ser homem, ainda muito ligada ao controle sobre a mulher. Por isso, a educação tem um papel central ao promover a desconstrução desses padrões e a construção de outras formas de viver as masculinidades.

As pesquisas também mostram que a violência é progressiva: começa com sinais que, muitas vezes, são naturalizados, e pode se agravar ao longo do tempo. Além disso, muitas mulheres buscam ajuda na família ou na comunidade, mas a resposta que recebem pode tanto interromper quanto reforçar esse ciclo.

Por isso, é fundamental compreender que a violência contra a mulher não é um problema individual, mas um fenômeno estrutural que exige respostas coletivas, envolvendo educação, políticas públicas e transformação cultural.

4 – Rosely, de que forma gênero, raça e classe se articulam na produção das violências, especialmente quando falamos de mulheres negras e periféricas?

É fundamental tratar da articulação entre gênero, raça e classe quando falamos de violência contra as mulheres, porque não é possível compreender esse fenômeno de forma isolada. O próprio movimento feminista já evidenciou, ao longo da história, que as conquistas não alcançam todas as mulheres da mesma forma. Em muitos momentos, os avanços beneficiaram, primeiro, mulheres brancas e de classes mais favorecidas, enquanto as mulheres negras e periféricas permaneceram à margem.

Isso revela que, em determinadas situações, a violência também é produzida entre mulheres, atravessada por relações de poder e desigualdade. Casos como o de Miguel, em Recife, evidenciam como essas desigualdades de raça e classe impactam diretamente a vida das mulheres negras, especialmente aquelas que trabalham em condições precárias e em contextos de subordinação.

Quando observamos os dados, percebemos que, enquanto os índices de violência contra mulheres brancas apresentam redução, os casos envolvendo mulheres negras seguem em crescimento. Isso demonstra a dificuldade de enfrentar conjuntamente o racismo e a desigualdade de gênero. Toda mulher negra, em alguma medida, é atravessada pela questão de classe, mesmo quando há ascensão social. As marcas da origem periférica e das desigualdades estruturais permanecem, inclusive na forma como essas mulheres são percebidas e tratadas socialmente.

Minha própria trajetória ilustra isso. Mesmo sendo professora universitária, doutora e reconhecida, no ano passado, como uma das duas mulheres mais importantes do Brasil, ainda posso ser lida a partir de estereótipos raciais e de classe, sobretudo em espaços institucionais. Isso evidencia que o racismo estrutura as relações sociais e limita o acesso a lugares de poder.

Além disso, é importante considerar o legado histórico da escravização, que colocou os corpos negros (especialmente os corpos das mulheres negras) em posições de extrema exploração e violência. Esse passado não foi superado e ainda se manifesta nas desigualdades atuais, inclusive na forma como essas mulheres são tratadas em diferentes espaços, como no sistema de saúde e no mercado de trabalho.

Por isso, não é possível discutir violência contra a mulher sem considerar raça e classe. Os dados mostram que as mulheres que mais morrem, que mais sofrem violência e que mais estão expostas a situações de vulnerabilidade são as mulheres negras e periféricas. Esse cenário é resultado de um racismo estrutural profundamente enraizado, aliado à desigualdade econômica e à ausência de autonomia financeira.

Por fim, é importante reconhecer que os processos de emancipação não são iguais para todas as mulheres. Aquilo que pode representar liberdade para mulheres brancas como um simples corte de cabelo, nem sempre tem o mesmo significado para mulheres negras, cujas trajetórias são marcadas por outras formas de negação e resistência. A mulher negra usa o cabelo dela grande, porque historicamente riram do nosso cabelo, não nos permitiram ter o nosso cabelo. Então, ter o nosso cabelo grande e forte é uma forma de dizer, eu existo. Por isso, pensar políticas e ações de enfrentamento à violência exige necessariamente considerar essas diferenças e construir respostas que deem conta dessa complexidade.

5 - Fazendo um apanhado das publicações da Fordan, percebemos que, ao longo de 20 anos de atuação, vocês têm constatado a dificuldade que mulheres vítimas de violência enfrentam para registar boletins de ocorrência e obter medidas protetivas. O que isso revela sobre o acesso à justiça para mulheres negras e pobres no Brasil?

A partir das pesquisas desenvolvidas pelo Fordan, foi possível identificar obstáculos significativos no acesso à justiça por mulheres vítimas de violência, especialmente no que se refere ao registro de boletins de ocorrência e à concessão de medidas protetivas. Um dos aspectos mais preocupantes é a forma como os relatos dessas mulheres são registrados: nem sempre o que elas dizem é efetivamente transcrito. Em diversos casos acompanhados, foi necessário revisar boletins de ocorrência que não refletiam a gravidade das situações relatadas, inclusive com omissões de violências específicas, como a homofobia. Essa distorção compromete diretamente o acesso a direitos, como a concessão de medidas protetivas.

Além disso, o atendimento institucional, muitas vezes, é marcado por práticas desumanizadas, o que configura uma nova forma de violência. Há relatos de mulheres em situação de extrema vulnerabilidade sendo tratadas com descaso por profissionais do sistema, o que evidencia a necessidade urgente de formação adequada para esses agentes. No que diz respeito às medidas protetivas, as pesquisas também identificaram, em determinados momentos, decisões judiciais tomadas sem a escuta qualificada da vítima, embora avanços recentes tenham sido observados nesse campo.

Outro ponto crítico diz respeito à morosidade e à fragmentação do sistema. O percurso entre o registro do boletim de ocorrência e sua efetiva análise pode ser longo, em razão da falta de integração entre os diferentes órgãos envolvidos. Essa demora compromete a proteção das mulheres, sobretudo em situações de risco iminente. Soma-se a isso o fato de que muitas mulheres não possuem acesso pleno aos meios digitais ou letramento suficiente para acompanhar os trâmites processuais, o que dificulta ainda mais o acesso à justiça.

As pesquisas também evidenciam a ausência de articulação entre diferentes áreas do sistema de justiça. Em casos de violência doméstica, por exemplo, informações relevantes sobre agressões não chegam, necessariamente, aos processos de outras naturezas, como ações de pensão alimentícia. Essa desconexão pode gerar decisões que desconsideram o histórico de violência vivido pela mulher.

Por fim, observa-se que ainda há lacunas importantes na formação de profissionais que atuam nesses espaços. Situações de revitimização institucional, falas inadequadas e julgamentos morais durante atendimentos e audiências revelam o quanto é necessário avançar na construção de uma atuação mais ética, sensível e comprometida com os direitos das mulheres.

Um caso de grande repercussão, acompanhado pela equipe do Fordan, ocorreu durante uma audiência na Vara da Família de Vitória, quando um promotor de justiça afirmou que uma mulher, ao requerer pensão alimentícia para os filhos, deveria “aquietar o facho” e permanecer com o ex-companheiro. O contexto desse caso evidencia a gravidade da situação: a mulher havia sofrido duas tentativas de feminicídio, nas quais o agressor chegou a ser preso. Após a segunda ocorrência, já em acompanhamento pelo Fordan, ela foi acolhida em outro espaço para sua proteção. Na ocasião da audiência, buscava garantir a pensão para seus cinco filhos — parte deles concebidos em contexto de violência sexual no âmbito conjugal, uma vez que, para evitar agressões ainda mais graves contra si e contra os filhos, era submetida a relações forçadas. Diante desse cenário, o Fordan formalizou denúncia contra o promotor, em razão da violência institucional praticada, marcada por constrangimento e julgamento moral da vítima, inclusive em relação ao número de filhos.

Esses elementos, em conjunto, evidenciam que o acesso à justiça, especialmente para mulheres negras e pobres, ainda é atravessado por múltiplas barreiras estruturais.

6 – Rosely, qual seria, então, o papel da escola de educação básica na prevenção das-violências contra mulheres e meninas e na construção de relações mais justas e equitativas?

A atuação do Fordan na educação surge da compreensão de que o enfrentamento às violências contra as mulheres exige uma abordagem intersetorial. Ao analisar os dados, identificamos que muitas mulheres em situação de violência não tiveram acesso à escolarização básica, o que nos levou a olhar com mais atenção para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como porta de entrada para a garantia de direitos.

No entanto, ao iniciar esse trabalho, percebemos que não era possível atuar apenas na EJA. A escola é um espaço integrado: professores circulam entre diferentes etapas, e muitas dessas mulheres são mães de estudantes. Por isso, o trabalho precisa envolver toda a comunidade escolar.

Nesse contexto, o fortalecimento de espaços de escuta é fundamental. Os relatos evidenciam que a violência se estrutura desde cedo — como no caso de mulheres que foram impedidas de estudar ainda na infância. Isso mostra que a prevenção precisa começar nos primeiros anos de escolarização, especialmente ao problematizar as construções sociais do que significa “ser homem”.

A escola, portanto, tem um papel estratégico na transformação dessas relações, o que exige também investimento na formação de professores. Muitas situações de violência no ambiente escolar têm como alvo as professoras, evidenciando que se trata de uma questão de gênero.

Por fim, é importante afirmar que trabalhar essas temáticas na escola não é doutrinação, mas um compromisso com a formação cidadã. Garantir o debate sobre gênero, respeito e equidade é essencial para a construção de relações mais justas e para a prevenção das violências.

7 - Como a Fordan articula ensino, pesquisa e extensão para que o conhecimento produzido não fique restrito ao meio acadêmico?

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um dos pilares do Fordan. No campo da pesquisa, contamos com diversos projetos de mestrado e doutorado em áreas como Geografia, Ciências Sociais, Comunicação, Artes e Educação Física, muitos deles com financiamento. Essas pesquisas têm como base o método indiciário, que prioriza a escuta atenta das realidades vividas na periferia.

Garantir o debate sobre gênero, respeito e equidade é essencial para a construção de relações mais justas e para a prevenção das violências.

Isso significa que quem pesquisa no Fordan está em contato direto com mulheres e crianças em situação de violência, buscando compreender essas experiências para produzir conhecimento comprometido com a transformação da realidade e com o aprimoramento das políticas públicas.

A extensão, por sua vez, também se organiza a partir dessa perspectiva, por meio da pesquisa-intervenção. As ações acontecem diretamente no território, especialmente na sede do Fordan, em São Pedro, onde são desenvolvidas atividades como rodas de conversa, atendimentos psicológicos e práticas educativas com crianças e mulheres.

Esse trabalho é sempre articulado ao ensino. Os estudantes envolvidos participam de processos formativos contínuos, que incluem leituras, estudos e reflexões sobre temas como racismo, violência de gênero e direitos humanos. A partir disso, retornam ao território mais preparados para compreender e intervir de forma qualificada.

Assim, o conhecimento produzido não fica restrito à universidade: ele é constantemente tensionado pela realidade e devolvido à sociedade por meio de ações concretas, contribuindo para a formação de crianças, jovens e profissionais comprometidos com a transformação social.

8 – Rosely, a Fordan vem desenvolvendo uma parceria com a Gerência da Educação de Jovens e

Adultos (Geeja). Como você avalia a importância da articulação entre a universidade e a educação básica, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos? Que aprendizados essa experiência tem produzido para o fortalecimento das redes de proteção?

A parceria com a Sedu, especialmente com a GEEJA, foi um marco muito importante para o Fordan no enfrentamento à violência contra as mulheres. A partir dela, fortalecemos a compreensão de que não é possível orientar uma mulher a denunciar sem que exista, de fato, uma rede de apoio estruturada.

Nesse processo, a GEEJA se destacou como uma experiência extremamente potente, por reunir profissionais comprometidos, com sólido conhecimento pedagógico e sensibilidade para lidar com essas situações. Ao mesmo tempo, essa articulação evidenciou a necessidade de integrar outros saberes, como o jurídico e o psicossocial, ampliando a capacidade de acolhimento e intervenção.

A aproximação com a educação básica, especialmente com a EJA, nos permitiu compreender melhor como a violência atravessa o cotidiano escolar não apenas na vida das estudantes, mas também de professoras, gestoras e demais profissionais. A partir disso, avançamos para uma segunda etapa, em que as escolas passaram a se constituir como espaços de acolhimento, criando estratégias próprias para atender essas demandas.

Esse movimento transformou as escolas em verdadeiros laboratórios de construção de respostas para situações concretas, revelando a complexidade das violências vividas e a urgência de ações articuladas. Também trouxe à tona a necessidade de incluir os homens nesse debate, entendendo seu papel na prevenção das violências.

Atualmente, um dos principais aprendizados dessa parceria está na construção de protocolos de atuação. Isso envolve pensar caminhos seguros para acolher, orientar, encaminhar e acompanhar casos de violência, sem expor profissionais e garantindo a proteção das vítimas. Trata-se de estruturar fluxos que integrem escola, rede de proteção e sistema de justiça.

Por fim, essa experiência reafirma um princípio fundamental do Fordan: não se trata de fazer ações "para" a escola, mas "com" a escola. A escuta qualificada dos sujeitos envolvidos, ou seja, professores, estudantes e comunidade é o que permite construir respostas mais efetivas e políticas públicas mais conectadas com a realidade.

9 - Para encerrar, eu queria pedir para você passar uma mensagem para a comunidade escolar.

A mensagem que eu deixo para a comunidade escolar é que essa é uma responsabilidade de todos nós. Estamos diante de uma realidade muito grave, em que mulheres — que geram e sustentam a vida — estão sendo violentadas e assassinadas. Enfrentar isso é um compromisso coletivo.

Cada pessoa precisa se perguntar: qual é o meu papel nessa transformação? Enquanto professora, o que posso fazer na minha prática pedagógica? Enquanto estudante, como posso contribuir para um ambiente mais respeitoso? Enquanto homem, como posso me posicionar diante de falas e comportamentos que reforçam a violência contra as mulheres?

Essa não é uma questão individual, nem um problema restrito ao espaço doméstico. É uma luta de toda a sociedade. Enquanto não houver o engajamento de todos, não conseguiremos interromper esse ciclo de violência.

Também é importante compreender que o machismo não afeta apenas as mulheres, pois ele também adoece e mata os homens. Um modelo de masculinidade que nega o cuidado, o autocuidado e a expressão de sentimentos produz sofrimento e consequências graves levando inclusive à morte.

Por isso, é fundamental construir novas formas de relação, baseadas no respeito, no cuidado e na valorização da vida. Precisamos olhar para as mulheres com dignidade e reconhecer sua importância na construção de uma sociedade mais justa. E, sobretudo, precisamos agir cada um no seu espaço para que essa realidade seja transformada.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Falem, Mulheres!

Prevenção à Violência e Misoginia contra Mulheres e Meninas nas Escolas

Jordânia Maria Fróes[1]
Marina Cordeiro[2]
Terlúcia Maria da Silva[3]

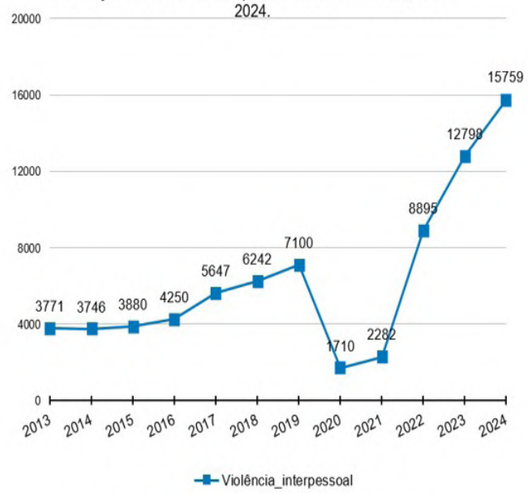
Recriado em janeiro de 2023, o Ministério das Mulheres comporta a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SENEV , responsável por articular as ações de enfrentamento às violências baseadas no gênero. Seu marco mais importante é a Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tida como inovadora e reconhecida internacionalmente, considerando suas diretrizes punitiva e educativa. Dentre elas, ganham destaque as medidas integradas de prevenção como "a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres", conforme o Art. 8º, V.

A SENEV atua intensamente na pauta por meio de outros marcos normativos, como os Decretos nº 11.431/2023, que retomou o Programa "Mulher Viver sem Violência", e nº 11.640/2023, que instituiu o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF). Além disso, instituiu-se recentemente o Pacto Brasil entre os Três Poderes contra o Feminicídio, um compromisso para atuação harmônica e cooperativa no tema. Esta pauta vem sendo constantemente aprimorada, fortalecendo o enfrentamento às múltiplas violências contra toda a diversidade de mulheres e meninas.

Neste contexto, a retomada deste debate nas escolas é fundamental para prevenir e desconstruir parâmetros de sociabilidade baseadas na violência contra pessoas que se identificam com o feminino. Após anos de interdito da palavra "gênero" nos espaços escolares, que sem dúvida impactam na alta de violência nos ambientes físicos e digital – este é um tema urgente para romper um ciclo de produção de potenciais agressores.

O ObservaDH, portal do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) apresenta informações contabilizadas pela notificação obrigatória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/MS). O gráfico demonstra uma queda acentuada em 2020, período de suspensão das aulas pela pandemia da Covid-19, e um crescimento constante a partir de 2021, em uma ampliação de 1,8 vezes, em comparação com 2013.

Notificações de violência interpessoal nas escola. Brasil, 2013-2024.



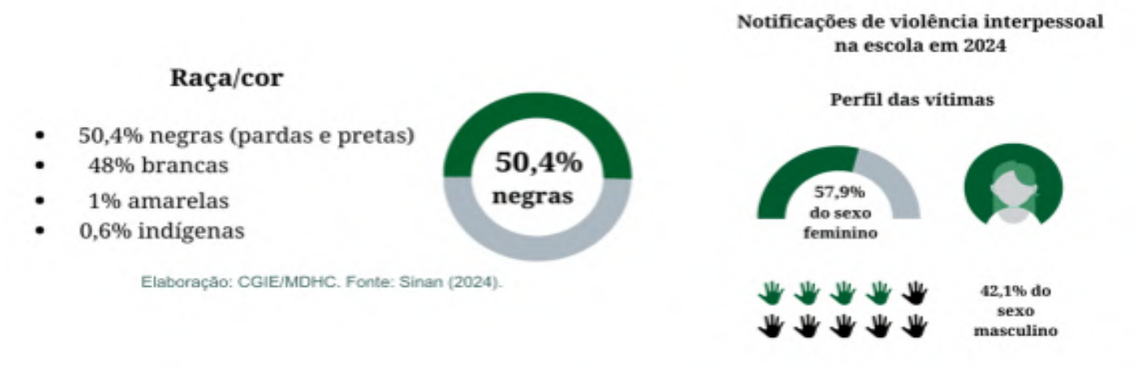
Fonte: FBSP e CGIE/MDHC, a partir de dados do Sinan (2013-2024)

1 Analista Técnica de Política Sociais (ATPS), Coordenadora na Coordenação-Geral de Prevenção à Violência contra Mulheres (SENEV/MMulheres).

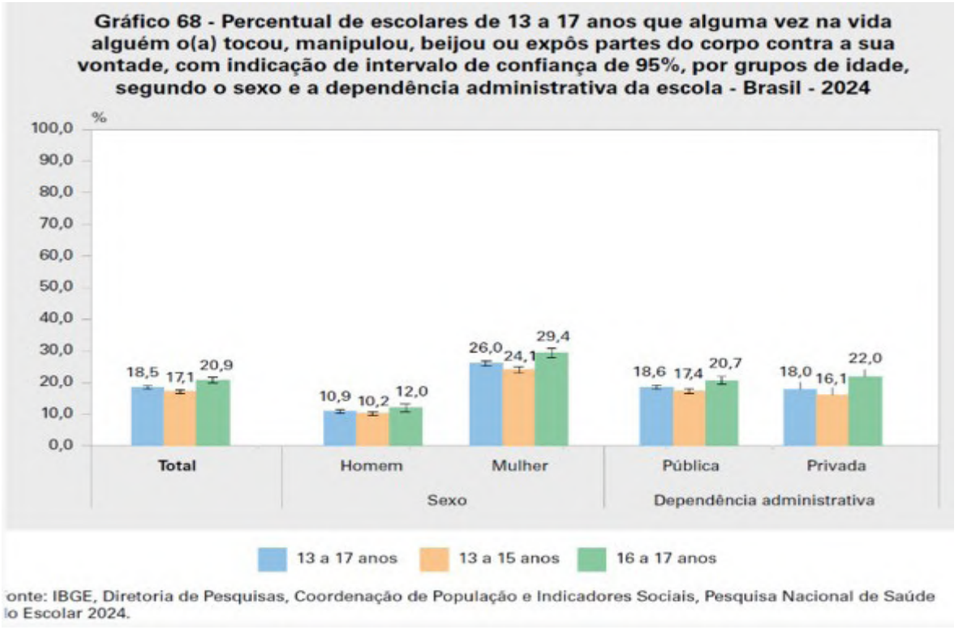
2 Socióloga, Profa. Dra. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando como Coordenadora de Garantia de Direitos na CGDJ/SENEV/MMulheres.

3 Diretora de Proteção de Direitos (DPD/SENEV/MMulheres).

Em 2024 foram registradas 15.759 vítimas de violência interpessoal nas escolas brasileiras, com 2.273 casos autoprovocados, equivalendo a 12,6% do total – uma variação de 987,6% entre 2013 e 2024. Note-se que parte desses casos envolvem ambientes digitais, com automutilação de meninas geradas por agressores via ameaças em aplicativos ou redes sociais. Os dados indicam uma predominância entre pessoas negras (considerando pardas e pretas) e o fato de que o agressor era amigo ou conhecido da vítima, em 40% dos casos. Os infográficos abaixo indicam a importância analítica da interseccionalidade – registrando as múltiplas opressões entre os marcadores sociais da diferença – e a relação de proximidade dos agressores, replicando a perspectiva da violência doméstica e familiar.



Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), promovida pelo Ministério da Saúde, também apontam que entre 2019 e 2024 há um aumento de estudantes declarando sofrer bullying no Brasil, subindo de 23% (2019) para 27,2% (2024). Há maior predominância entre meninas (30,1%) do que meninos (24,3%), o mesmo acontece com o cyberbullying (15,2% versus 10,3%). Além disso, são eles que apresentam maior percentual como agressores. Já em relação às violências relatadas pelos estudantes, 18,5% informaram terem passado por situação de assédio sexual e são as meninas que mais declaram terem sido obrigadas a se relacionarem sexualmente.



onte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde lo Escolar 2024.

Os dados sobre as violências facilitadas pelas tecnologias também apontam para a importância do debate nas escolas. Relatórios de pesquisa (Desinfo.pop, 2025; Plan International, 2020) sobre a chamada "machosfera" e o impulsionamento à misoginia na internet retratam um fenômeno crescente e preocupante. Distinguimos inicialmente, uma concepção simplista de misoginia – atribuída aos sentimentos de ódio/repulsa dos indivíduos – de uma conceituação teoricamente fundamentada que a coloca como "um sistema que opera dentro de uma ordem social patriarcal para vigiar e fazer valer a subordinação das mulheres e para manter a dominância masculina" (tradução livre – Manne, 2019, p.33). Nessa abordagem, o entendimento da misoginia configura-se como: (i) um "sistema social" ou "sistema de práticas sociais", pautando a subordinação das mulheres através de normas, valores e instituições sociais generificadas; e (ii) hostilidade sofrida por mulheres que, em um mundo que favorece homens, não cumprem padrões e expectativas de concepção patriarcal, marcadas pela subordinação, cuidado, atenção e amorosidade em favor da existência masculina dominante e hegemônica.

Nestes termos e considerando que os jovens brasileiros integram parte dos maiores consumidores de internet do mundo – tanto em quantidade de usuários, quanto em tempo de tela – este tema é urgente. A machosfera é um campo discursivo e fático coordenado, que legitima desigualdades de gênero e normaliza violência contra mulheres, envolvendo perseguição, *doxxing*, linchamentos coordenados, divulgação de imagens íntimas sem consentimento e misoginia sexualizada. O impacto é preocupante: em estudo internacional com 14 mil meninas e jovens mulheres (15–25 anos, 22 países), 58% relataram ter sofrido assédio online; no Brasil, o índice chega a 77% (Plan International, 2020). As pesquisas indicam uma cifra de quase três milhões de visualizações de posts com tais conteúdos, além da "venda de produtos educacionais misóginos", como cursos, livros e pacotes de "autoaperfeiçoamento, masculinidade e transformação pessoal". Os mesmos estudos evidenciam o avanço exponencial das comunidades da machosfera, com um crescimento de 597,44 vezes (ou 59.643,51%) no volume de conteúdos publicados e circulados nessas comunidades entre 2019 e 2025.

Neste cenário, as macroações promovidas pelo Governo Federal se complementam. O PNPF tem a prevenção primária como um de seus eixos estruturantes, indicando ações planejadas para evitar que a violência aconteça, visando à eliminação dos estereótipos de gênero, à promoção da cultura de respeito e a não tolerância à discriminação e misoginia. Além do ECA Digital previamente estabelecido, no âmbito legislativo, a Presidência promulgou: (i) o Decreto nº 12.975/2026 que regulamenta o Marco Civil da Internet, prevendo responsabilização de provedores que intermediem conteúdos de incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero; e (ii) o Decreto nº 12.976/2026, que estabelece diretrizes para a proteção e enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.

Considerando as normas específicas para as escolas, merece destaque a Lei 14.164/2021 – , que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. A proposta estabelece a produção e distribuição de material didático adequado aos níveis de ensino, e que a semana seja realizada anualmente em março, em todas as instituições públicas e privadas da educação básica. Estabelece-se a abordagem com estudantes, de forma transversal, sobre a divulgação da Lei Maria da Penha; reflexões sobre a prevenção, desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento à violência de gênero; informações sobre violência nas relações afetivas e serviços de atendimento, proteção, assistência às mulheres em situação de violência e denúncia de violência contra a mulher; e promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Ressaltamos que, ainda que algumas legislações mencionem "mulher" no singular, o MMulheres compreende a pluralidade de existências femininas, considerando negras, indígenas, quilombolas, brancas, amarelas, ciganas, pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, do campo, das águas ou das florestas, independentemente de sua situação socioeconômica, idade, idioma, religião ou crença, participação e opinião política, estado civil, maternidade, orientação sexual, identidade de gênero cis, trans, travesti ou não binária, deficiência, nacionalidade, condição migratória, privação de liberdade, condição de habitação em regiões urbanas ou rurais, em situação ou trajetória de rua ou qualquer outra condição que gere vulnerabilidade. Portanto, a gestão e implementação de políticas públicas visa que as mulheres, compreendidas em toda sua diversidade existencial, tenham possibilidades de escolha e de uma vida sem violências.

Visando esta incidência fundamental nas instituições

de ensino, o MMulheres e o Ministério da Educação realizaram o evento "Educação pelo Fim da Violência", em março de 2026, mobilizando segmentos da educação básica à pós-graduação, com ações de enfrentamento às violências, tais como:

1. Assinatura da Portaria Interministerial MEC/MMulheres nº2/2026, prevendo que o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituísse, no prazo de trinta dias, comissão para aperfeiçoar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, incluindo conteúdos relativos à prevenção das violências, especialmente contra meninas e mulheres, de forma transversal;

2. Protocolo de intenções entre o MEC, MMulheres, Reitores das Universidades públicas, Institutos Federais e Colégio Pedro II, além das entidades do setor, objetivando a prevenção e enfrentamento da violência e discriminação contra mulheres nessas instituições. Suas principais atribuições são: (i) prevenir o assédio, discriminação, abuso ou violência; (ii) acolher mulheres em situação de violência; (iii) coibir práticas discriminatórias e encaminhar casos às autoridades competentes; (iv) implementar núcleos de acolhimento e divulgar canais formais para denúncias; (v) valorizar e incentivar liderança; (vi) incentivar planos de trabalho para enfrentamento da violência com o envolvimento de homens como aliados; (vii) assegurar que o protocolo e os canais de denúncia sejam acessíveis, com versões em linguagem simples, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e formatos inclusivos.

Com o desdobramento das ações propostas, as instituições de ensino terão suporte técnico do MMulheres e MEC para desenvolvimento das ações. Diante desse cenário, é preciso trilhar um caminho para fortalecimento das competências dos docentes e instituições de ensino para lidar com essa realidade. Parte das iniciativas existentes inclui cursos oferecidos pela Escola Virtual de Governo (EVG), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), tais como: "Violência de Gênero contra Mulheres e Meninas: Prevenção em Três Níveis"; "Escolas ON, Violências OFF: Educação para Segurança Online de Meninas"; e "Violência Baseada no Gênero: Qual a Nossa Responsabilidade como Rede?", voltados ao fortalecimento de conhecimentos e práticas relacionadas à prevenção e ao enfrentamento das violências. Este é o caminho que estamos trilhando para que as mulheres e meninas possam viver sem violências. Sigamos, todas e todos pelo fim da violência contra as mulheres e meninas!

Sugestão de leituras sobre prevenção e enfrentamento à violência nas escolas:

MEC Volume 1 - O papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, 2024.
Volume 4: O Papel da Escola no Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres, 2026.
Semana da Convivência 2026: Respeitar, participar e aprender: democracia se constrói na escola.






Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Autoras



Jordânia Maria de Ribamar Silva Fróes é Analista Técnica de Políticas Sociais na Coordenação-Geral de Prevenção à Violência contra as Mulheres na SENEV/MMulheres. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Especialista em Políticas Sociais pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, com atuação profissional no atendimento de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência.



Marina Cordeiro é Socióloga, Profa.Dra. da UFRRJ. Coordenadora de Garantia de Direitos na SENEV/MMulheres. Atuação na formação e capacitação de servidores (ENAP e MS). Pesquisadora colaboradora da ReneDH (MDHC). Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorados em Ciências Sociais pela UFRJ, e cursando Especialização em Gestão Pública pela UFLA.



Terlúcia Silva é Diretora de Proteção de Direitos da SENEV/MMulheres. Mestra em Ciências Jurídicas e Graduada em Serviço Social pela UFPB. Compôs o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de João Pessoa; foi assessora da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba e Consultora do Conselho Federal de Psicologia e da UNFPA.



Referências

Brasil. Decreto Nº 11.640, de 16 de agosto de 2023.
_____. Decreto nº 11.431/2023.
_____. Decreto nº 11.640/2023.
_____. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.
_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
_____. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/mec-e-mmulheres-lancam-pacote-de-acoes-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher\.
_____. ObservaDH - Observatório Nacional dos Direitos Humanos. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Disponível em: https://observadh.mdh.gov.br/.
Manne, Kate. Down Girl. The logic of misogyny. Oxford University express, 2019, 338p.
Nota Técnica 004.2025, 26 de setembro de 2025. Desordem informacional sobre educação sexual como vetor de mobilização política conservadora no Telegram. Laboratório de Estudos sobre Desordem Informacional e Políticas Públicas.
Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4a06479960c4b8510eb91f53e38c9433.pdf. Acesso em: 09 jul. 2026.
Report Free to bem online? Girls and you women experiences of online harassment. The state of world's girls, 2020. Plan International, 2020. Disponível em: https://plan-international.org/uploads/2023/06/SOTWGR2020-CommsReport-edition2023-EN.pdf.
Ricard et.al, 2025. Redes de ódio e violência contra mulheres: mapeamento da machosfera brasileira no Telegram e modelos de monetização. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.17706951.Acesso em: 09 jul. 2026.
Relatório Desinfo.pop, novembro/2025. Redes de Ódio e Violência contra Mulheres. Mapeamento da machosfera brasileira no Telegram e modelos de monetização. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.17706951. Acesso em: 09 jul. 2026.

Jornadas Educativas

Para que meninas possam aprender e sonhar: a educação como estratégia de prevenção das violências

Dados recentes expõem a dimensão da violência vivida por meninas e mulheres no Brasil. Em 2025, o país registrou um recorde no número de feminicídios: foram 1.470 de janeiro a dezembro, com uma média de 4 mulheres mortas por dia (G1, 2026). A violência, contudo, não atinge apenas mulheres adultas. Crianças e adolescentes são as principais vítimas de estupro. Em 2024, foram registrados 67.204 casos de estupro de vulnerável (cometido contra menores de 14 anos). Entre as vítimas, 11 mil eram do sexo masculino e quase 56 mil eram do sexo feminino.

Esse cenário torna-se ainda mais grave quando observamos os marcadores sociais da diferença raça, território e convivência familiar. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que 55% das vítimas eram meninas negras e que a maioria dos casos ocorreu dentro de casa (67,9%), sendo a violência cometida pelos próprios familiares (59,5%).

O cenário também é inquietante no mundo online. Em 2020, 60% das vítimas de violência online no Brasil tinham entre 13 e 25 anos; cerca de 75% das vítimas eram meninas e mulheres; e 45% delas eram estudantes (Plan International, 2020).

A violência baseada em gênero também se manifesta no cotidiano escolar. A pesquisa recente "Livres Para Sonhar? Percepções da comunidade escolar sobre violência contra meninas", lançada pela Serenas* em 2025, ouviu mais de 1400 professores em todo o Brasil e revelou que 23% deles já perceberam, ao menos mensalmente, alunos sexualizando meninas em razão das roupas que usam ou dos seus comportamentos. Outros 9% relataram perceber, com a mesma frequência, toques desrespeitosos ou sem consentimento contra meninas no ambiente escolar.

Aqui, compreendemos como violência baseada no gênero qualquer ato de violência contra meninas ou mulheres que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou mental, incluindo ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, tanto na esfera pública quanto na privada (Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS). Trata-se de uma forma específica de violência, distinta de outras, porque acontece em decorrência do gênero. Na prática, a experiência de ser menina ou mulher é atravessada pelo machismo e por normas e estereótipos de gênero que alimentam a violência contra meninas e mulheres.

As normas e os estereótipos de gênero frequentemente reproduzem desigualdades, colocando meninas e mulheres em situação de desvantagem social em comparação com meninos e homens. Tais normas e estereótipos definem feminilidades e masculinidades ao estabelecer o que meninas e meninos devem ser e como devem se comportar. A violência é, ao mesmo tempo, um instrumento para reafirmar a dominação sobre meninas e mulheres, e uma forma de punição dirigida àqueles que desobedecem às normas de gênero. Por isso, também afeta meninos e homens, bem como pessoas com identidades de gênero e sexualidades dissidentes (como pessoas não-binárias, pessoas transgênero, gays e lésbicas) (Parkes et al., 2016).

Como a educação pode contribuir para o enfrentamento a essas múltiplas violências que acometem meninas e mulheres?

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Os processos educativos são essenciais para promover mudanças de percepções e de comportamentos, tanto no âmbito individual quanto no estrutural, em toda a sociedade. Afinal, o potencial de impacto da educação no Brasil é gigantesco: estamos falando de uma rede com mais de 47 milhões de estudantes, entre 4 e 17 anos, e mais de 2 milhões de docentes[1] , cujas transformações reverberam nas famílias e nos territórios em que estão inseridos.

Educar para prevenir violências significa desconstruir normas e estereótipos de gênero que alimentam desigualdades e práticas violentas, bem como preparar os estudantes e a comunidade escolar para serem agentes ativos de transformação. Isso pode ser feito de diferentes formas: por meio da formação continuada de professores e demais profissionais da educação; do fomento a relações saudáveis e respeitosas entre os estudantes; e das representações positivas de gênero e diversidade nos currículos e materiais didáticos. Trata-se de promover o respeito às diferentes formas de expressão de gênero (sejam elas femininas, masculinas, não binárias ou outras) e às diversas orientações sexuais.

Essa perspectiva já está prevista em importantes marcos normativos brasileiros. A Lei Maria da Penha (Lei N° 11.340/06) prevê a realização de campanhas educativas e adaptação de currículos para conteúdos sobre equidade de gênero e prevenção de violência baseada no gênero. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o desenvolvimento de competências ligadas à empatia, ao diálogo, à resolução de conflitos e cooperação, promovendo respeito à diversidade e o reconhecimento histórico de grupos marginalizados (como mulheres, população negra, indígena, LGBTQIA+ e outros). Soma-se a isso a Lei nº 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher e prevê a inclusão do tema nos currículos da educação básica. É nesse contexto que a Serenas atua, tanto na sensibilização de lideranças educacionais para o reconhecimento da existência do problema e de seus reflexos no ambiente escolar quanto no apoio técnico a gestores educacionais para a incorporação de uma perspectiva antissexista e de prevenção das violências contra meninas e mulheres nas políticas educacionais. Já trabalhamos em parceria com dez governos estaduais, municipais e federal. Ao longo da nossa jornada, 360 lideranças foram mobilizadas em formações e, pelo menos, 90% das lideranças educacionais que passaram por nossa jornada formativa avaliam ter compreendido sobre os impactos das violências contra meninas na educação e que adquiriram conhecimentos básicos para promoção de políticas de prevenção.

Compreendendo que os educadores estão na linha de frente do cotidiano escolar, a Serenas também desenvolveu, no âmbito federal, o curso autoinstrucional "Escolas ON, violências OFF", disponível na plataforma AVAMEC e na Escola Virtual do Governo. A formação explica de forma didática as violências de gênero facilitadas pela tecnologia e indica propostas práticas para o trabalho pedagógico em sala de aula, aplicáveis a diferentes componentes curriculares. O curso também oferece orientações para o acolhimento humanizado centrado na sobrevivente, em situações de identificação ou relato de violência pelas estudantes.

O impacto dessa abordagem pode ser observado no relato de uma educadora participante:

> *A nova bagagem que agora carrego comigo é a compreensão profunda do impacto da violência de gênero na vida das meninas e mulheres, além de uma responsabilidade ainda maior no papel que a escola e os profissionais da educação desempenham no enfrentamento dessa violência. (...) O curso me inspirou a incorporar de forma mais ativa a questão da violência de gênero nas minhas práticas pedagógicas." Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais - Sudeste.*

Essas iniciativas buscam transformar os marcos legais existentes em ações concretas no cotidiano escolar. Apesar dos avanços normativos, a implementação ainda ocorre de forma limitada, muitas vezes restrita a ações pontuais vinculadas a datas comemorativas, como o mês de março ou o Agosto Lilás. Reconhecer a centralidade da educação para a prevenção de um desafio complexo e estrutural, como as violências baseadas em gênero contra meninas e mulheres, já é um passo significativo. Este compromisso se fortalece quando os profissionais da escola e das secretarias de educação assumem a corresponsabilidade pela construção de ambientes seguros, críticos e acolhedores sem desconsiderar os desafios estruturais do setor.

1 Fonte: Censo Escolar, 2023.

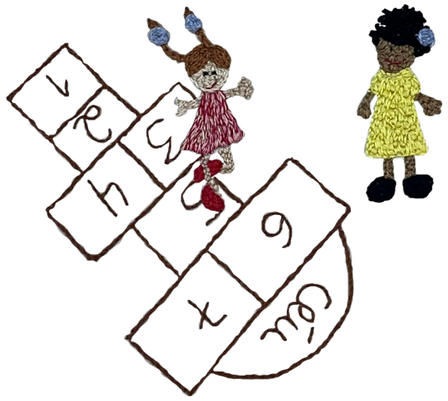
Compreender a escola como espaço de pleno desenvolvimento humano e de exercício da cidadania é reconhecer seu papel estratégico na ressignificação de valores e normas sociais que sustentam as violências contra meninas e mulheres e, consequentemente, na construção de uma sociedade mais justa e segura para todas.

SOBRE A SERENAS

Fundada em 2021 por Amanda Sadalla (Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford) e Stefania Molina (Doutora pela Hertie School), a Serenas é uma organização suprapartidária e sem fins lucrativos que atua para prevenir violências baseadas em gênero no Brasil.

Em parceria com governos (a nível municipal, estadual e federal), organismos internacionais e diversas organizações da sociedade civil, a Serenas baseia suas atividades em três pilares: educação para prevenção da violência, qualificação de agentes públicos para acolhimento humanizado às sobreviventes de violência sexual e doméstica e produção de conhecimento que ampliam e qualificam o debate público.





Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301



Graziela Santos - Coordenadora de Políticas Educacionais
Graduada em Administração Pública pela FGV EASP, onde teve a oportunidade de cofundar o coletivo negro universitário. Trilhou experiências profissionais na área de educação no terceiro setor e setor privado, relacionadas às áreas de gestão de projetos educacionais e produção de materiais.

Débora Lira - Especialista em Políticas Públicas e Gênero
Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, e Cientista Política pela UFPE. Acumulou experiências em pesquisa em diferentes áreas, com foco em gênero e políticas públicas de educação, e saúde reprodutiva e sexual. Também trabalhou como consultora de projetos para governos, em especial com a Secretaria da Mulher da prefeitura de Recife na competição internacional Bloomberg Philanthropies' Mayors Challenge, e com a Secretaria da Mulher e Direitos Humanos do governo de Alagoas em projeto de fortalecimento institucional. Já atuou na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ/MEC), Comunitas, Instituto GENi e APAF.



Referências

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: publicacoes.forumseguranca.org.br. Acesso em: 27 jan. 2026.

G1 - GLOBO. Brasil registra recorde de feminicídios em 2025; quatro mulheres são assassinadas por dia. 2026. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 27 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Violência contra as mulheres. Disponível em: paho.org. Acesso em: 27 jan. 2026.

PARKES, J.; HESLOP, J.; ROSS, F. J.; WESTERVELD, R.; UNTERHALTER, E. A Rigorous Review of Global Research Evidence on Policy and Practice on School-Related Gender-Based Violence. UNICEF, 2016.

PLAN INTERNATIONAL. Free to be online? Girls' and young women's experiences of online harassment. United Kingdom, 2020. Disponível em: plan-international.org. Acesso em: 27 jan. 2026.

PLAN INTERNATIONAL; UNGEI; UNICEF. Educação transformadora de gênero. UNICEF, 2021.

SERENAS. Livres para Sonhar: Percepções da comunidade escolar sobre a violência contra meninas. São Paulo, 2025. Disponível em: serenasbr.org. Acesso em: 27 jan. 2026.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

Artigo de Opinião

Educar para transformar: masculinidade, violência e o papel da educação

Por Leandro Teofilo de Brito

A violência contra a mulher segue sendo um dos problemas sociais mais persistentes e alarmantes do Brasil, revelando a profundidade das desigualdades de gênero e a força de uma cultura que naturaliza comportamentos violentos associados ao masculino. Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, divulgados pelo DataSenado em 2025[1], ajudam a dimensionar esse cenário: segundo o levantamento, 27% das mulheres brasileiras afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar ao longo da vida, enquanto 34% relataram ter vivenciado situações de violência nos últimos doze meses. Embora alguns indicadores apontem uma leve redução em comparação a anos anteriores, a percepção social é contundente: a maioria das mulheres acredita que a violência aumentou e identifica o machismo como um elemento estrutural da sociedade brasileira. Esses números não apenas expõem a gravidade do problema, mas também indicam a necessidade urgente de pensar caminhos que vão além da punição, voltando-se para a transformação cultural e educativa das relações de gênero.

Quando se observa quem são os principais autores da violência, fica evidente a centralidade dos homens nesse fenômeno. No entanto, isso não pode ser interpretado como resultado de uma predisposição natural ou biológica, mas como construções da masculinidade, que são as expressões de gênero dos homens que podem variar culturalmente e historicamente, isto é: existem diversas formas de "ser homem" na sociedade. A chamada masculinidade hegemônica, enunciada popularmente como "masculinidade tóxica", é uma dessas expressões que é marcada por valores como controle, dominação, agressividade e negação da vulnerabilidade, pois cria um terreno fértil para a legitimação da violência por meio das relações de poder. Nesse sentido, a violência não é um desvio isolado, mas uma possibilidade inscrita em normas culturais que definem o que é "ser homem" em muitos contextos sociais. Reconhecer essa dimensão estrutural é fundamental para deslocar o debate da responsabilização individual exclusiva para uma reflexão mais ampla sobre os processos de socialização dos homens.

É justamente nesse ponto que o campo da educação se apresenta de maneira estratégica para intervenções voltadas às mudanças desse quadro. A escola, assim como outros espaços educativos formais e não formais, participa ativamente da construção de valores, identidades e relações. Ela não apenas transmite conteúdos, mas também produz sentidos que influenciam significativamente os modos como crianças e jovens compreendem a si mesmos e aos outros. Pensar a relação entre violência e masculinidade a partir da aprendizagem significa reconhecer que é possível intervir na educação de meninos e jovens que se identificam com o gênero masculino, antes que padrões violentos se cristalizem como naturais ou inevitáveis.

Desde a educação infantil, práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de relações mais respeitosas e igualitárias. Trabalhar emoções, cooperação, empatia e resolução não violenta de conflitos desde cedo ajuda a romper com a ideia de que meninos devem ser duros, agressivos ou emocionalmente contidos. Atividades lúdicas, narrativas e brincadeiras que desafiam normatizações de gênero permitem que as crianças experimentem diferentes formas de expressão e reconheçam a diferença como parte do processo. Ao contrário do que muitas vezes se argumenta, abordar essas questões na infância não significa "antecipar debates", mas participar das construções de relações sociais mais saudáveis no futuro.

À medida que meninos e jovens que se identificam com o gênero masculino avançam no ensino fundamental e médio, as possibilidades de reflexão tornam-se ainda mais complexas e necessárias. Nesse período da vida, marcado por intensas transformações físicas, emocionais e identitárias, os jovens entram em contato com discursos sociais variados sobre masculinidade, sexualidade e poder. A escola pode funcionar tanto como espaço de reprodução desses discursos quanto como lugar de questionamento e ressignificação. Oficinas, rodas de leitura, debates e atividades que utilizam artefatos culturais — como filmes, séries, músicas e redes sociais — oferecem oportunidades valiosas para problematizar comportamentos, identificar formas sutis e explícitas de violência por meio de caminhos que se pautam no respeito e no consentimento. Ao analisar personagens, narrativas e situações do cotidiano, os estudantes podem reconhecer como certas atitudes violentas são naturalizadas e refletir sobre suas consequências individuais e coletivas.

Nesse contexto, as rodas de conversa com jovens estudantes que se identificam com o gênero masculino assumem um papel central. Criar espaços seguros de diálogo, nos quais os jovens possam falar sobre suas experiências, inseguranças, medos e expectativas, contribui para desmontar a ideia de que a masculinidade deve ser vivida de forma solitária e competitiva. Essas rodas possibilitam que sentimentos frequentemente silenciados — como tristeza, frustração e medo — sejam reconhecidos e legitimados, abrindo caminho para formas mais conscientes e responsáveis de se relacionar. Permitem, ainda, que a imposição de modos restritos de "ser homem" seja colocada em debate por meio do diálogo e da reflexão conjunta. Quando mediadas por educadores e educadoras nas escolas, tais experiências favorecem a escuta, a empatia e a construção coletiva de outras possibilidades de ser homem, desvinculadas da violência como caminho único para a vivência da masculinidade.

Entretanto, para que essas ações tenham impacto real, é fundamental investir na formação continuada de professores e professoras. Muitos e muitas profissionais não receberam, em sua trajetória formativa, subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar temas como gênero, sexualidade, masculinidades e violência de maneira crítica e sensível. Sem esse apoio, há o risco de reproduzir normas ou evitar o tema por insegurança. A formação continuada pode oferecer ferramentas para que educadores e educadoras compreendam as dimensões históricas, culturais e sociais da violência de gênero, desenvolvendo estratégias pedagógicas adequadas e com respaldo institucional para lidar com possíveis resistências da comunidade escolar.

É importante reconhecer que inserir o debate sobre masculinidade e violência no campo educacional não é uma tarefa simples. Existem desafios políticos e institucionais que atravessam esse processo, desde disputas em torno do currículo até a escassez de recursos e materiais pedagógicos. Ainda assim, experiências desenvolvidas em diferentes contextos mostram que é possível promover ações educativas que contribuam para a redução da violência e para a construção de uma cultura de paz.

Os dados de 2025 deixam claro que a violência contra a mulher continua sendo uma realidade cotidiana para milhões de brasileiras e que o machismo segue sendo percebido como um traço estruturante da sociedade. Diante desse cenário, insistir apenas em respostas punitivas ou emergenciais é insuficiente. É necessário apostar em estratégias de longo prazo, capazes de transformar as normas culturais que sustentam a violência. A educação, nesse sentido, não é uma solução imediata, mas um investimento a médio e longo prazo para a construção de uma sociedade menos desigual e violenta.

Ao promover a reflexão sobre modos outros de masculinidades desde a infância até a juventude,

1 Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2025. Acesso em: 6 mar. 2026.

o campo da educação contribui para formar sujeitos mais conscientes de seus afetos, responsabilidades e limites. Educar meninos e jovens que se identificam com o gênero masculino para o respeito, para a empatia e para a igualdade de gênero não beneficia apenas as mulheres, mas amplia as possibilidades de existência para os próprios homens, libertando-os de modelos rígidos e violentos que também produzem sofrimento. Assim, pensar a educação como parte dos caminhos de enfrentamento à violência é reconhecer seu potencial transformador e reafirmar seu papel central na construção de um futuro mais justo e democrático.



Leandro Teofilo de Brito

Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Masculinidades e Educação e do Projeto de Extensão “Fala Garoto! Batendo papo na escola sobre masculinidades”.



Para saber mais

- Livro: *Os meninos são a cura do machismo*, de Nana Queiroz.

- Livro: *Educar meninos não é frescura*, de Marina Speranza.

- Livro: *Coisa de Menino*, Pri Ferrari.

- Série: *Coisa de Menino* – Plataforma de Streaming HBO Max.

- Série: *Adolescência* – Plataforma de Streaming NetFlix.

- Documentário: *Precisamos falar com os homens*, disponível no *link*: https://www.youtube.com/watch?v=jyKxmACaS5Q

- Documentário: *O silêncio dos homens*, disponível no *link*: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&t=2445s

Datas que educam para a paz





21 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher (20/11 a 10/12)

A construção de uma cultura de paz exige o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. Nesse contexto, a escola, como espaço de formação humana, ética e cidadã, exerce papel fundamental na promoção do respeito, da igualdade e da valorização da vida. A rede estadual já contempla, em seu calendário escolar, datas destinadas a essa reflexão.

Em março, destacam-se a Lei nº 14.164/2021, que inclui conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e a Lei nº 14.986/2024, que determina a inclusão de contribuições femininas nos currículos escolares, buscando desconstruir estereótipos de gênero e ampliar a representatividade.

Nesse cenário, a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher” amplia o diálogo sobre respeito, equidade e direitos humanos nos meses de novembro e dezembro. Inspirada em um movimento global, a mobilização evidencia a relação entre raça, gênero e discriminação, articulando-se a importantes marcos históricos: 20 de novembro, Dia da Consciência Negra; 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, instituído no I Encontro Feminista da América Latina e Caribe, em 1981; e 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Mais do que uma ação pontual, o enfrentamento da violência contra a mulher deve constituir compromisso permanente da escola. Educar para a paz é promover direitos, dignidade, acolhimento, escuta e responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa e segura para todas.

Sugestões de material de apoio

Documentário: “Precisamos Falar com os Homens?”: Uma jornada pela igualdade de gênero.

O documentário propõe uma reflexão profunda sobre o papel dos homens na construção e na desconstrução das desigualdades de gênero. A obra acompanha diferentes experiências e contextos sociais para investigar como padrões culturais de masculinidade influenciam comportamentos, relações afetivas e, em muitos casos, a reprodução da violência contra a mulher. Classificação: maiores de 14 anos.

Filme: “Moxie: Quando as garotas vão à luta”

O filme acompanha a trajetória de Vivian, uma adolescente tímida que começa a questionar as desigualdades e o comportamento sexista presente em sua escola. Inspirada pelo passado feminista de sua mãe, ela cria uma revista anônima chamada “Moxie”, que incentiva outras garotas a denunciarem situações de injustiça e a se apoiarem mutuamente. Classificação: 14 anos.



Aldete Maria Xavier é mestranda em Ensino de Humanidades do IFES, com especialização em Currículo e Sociedade pelo IFES e graduação em Ciências Sociais pela UFES. Professora efetiva da rede estadual de educação. Coordenou o Programa Educar para a Paz e atualmente atua como técnica referência de Sociologia na Gerência de Currículo da SEDU.

25 de julho, Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

No dia 25 de julho celebra-se o **Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra** (Lei Nº 12.987/2014). Tereza de Benguela, foi uma líder quilombola de grande importância para a história do Brasil, reverenciada por sua coragem e habilidade em liderar o Quilombo do Quariterê, localizado na região do atual estado do Mato Grosso.

Também celebramos o **Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha**. A data foi instituída em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado na República Dominicana. Desde então, tornou-se um marco significativo na celebração da força, da resistência e das contribuições dessas mulheres para a sociedade, além de representar um importante momento de reflexão e mobilização na luta contra o racismo, o sexismo e as diversas formas de discriminação às quais foram e ainda são submetidas.

A data simboliza um compromisso contínuo com a justiça social e a dignidade humana, celebrando as conquistas e destacando os desafios que ainda precisam ser enfrentados. **É um dia para honrar o legado de resistência das mulheres negras latino-americanas e caribenhas e renovar o compromisso com a luta por uma sociedade com equidade de raça e gênero.**

Sugestão de recurso pedagógico: A Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq/SEDU) elaborou diversos materiais, disponibilizados no site do currículo https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/relacoesetnicoraciais/, com o objetivo de fortalecer o trabalho das professoras e dos professores em sala de aula, oferecendo um repertório consistente e reforçando o compromisso com a equidade racial na educação.

Há também a possibilidade de utilizar os documentários disponíveis em Tela Brasil, plataforma pública e gratuita de streaming lançada pelo governo federal.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

1) “Tia Ciata” (2017) – classificação livre – O documentário aborda o protagonismo feminino negro sob a ótica da personagem popular Tia Ciata, uma mulher de suma importância para a história e cultura brasileira, referência na construção da identidade nacional. O filme traz depoimentos de mulheres negras que são referências na luta contra o racismo e pela visibilidade do protagonismo feminino negro em diferentes áreas de atuação.

2) “Malunga” (2013) – classificação 10 anos – O documentário acompanha a trajetória de Thereza Santos, atriz, dramaturga, militante e uma das referências do movimento negro brasileiro. A obra reúne relatos sobre perseguição política durante a ditadura, prisão, exílio em países africanos e atuação artística e política no Brasil e no continente africano.

Dica: No dia 25 de julho de 2026, acontecerá a edição especial do Baile Charme com a equipe “Viaduto de Madureira”, no Museu Capixaba do Negro “Verônica da Pas” (Mucane), localizado na Avenida República, nº 121, no Centro Histórico de Vitória.



Kleidiana Cassia Silva Borges é professora efetiva na Educação Básica da Rede Estadual do Espírito Santo. Técnica em Multimeios Didáticos pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Educação Especial e Inclusão Educacional pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo Sedu/ES na função técnica pedagógica, junto à Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ).







Por Mônica Nadja Silva d'Almeida Caniçali

A convivência que construímos na escola não termina quando saímos dela. Ela continua nas redes sociais, nos grupos de mensagens, nos jogos online e em tantos outros espaços digitais que fazem parte do nosso dia a dia. É por isso que nasce a coluna #sejalegaltambemnovirtual. Aqui, vamos conversar de forma direta sobre como viver melhor nesse ambiente, com respeito, empatia e responsabilidade. Nosso objetivo é simples e essencial: ajudar a transformar o espaço



virtual em um lugar de convivência ética, onde as relações sejam tão cuidadosas quanto esperamos que sejam dentro da escola.

Um dos temas mais urgentes quando falamos de convivência digital é a violência contra mulheres e meninas. Ela aparece de muitas formas: comentários ofensivos sobre aparência, exposição de imagens sem consentimento, perseguições, mensagens invasivas, julgamentos, ameaças e até a tentativa de silenciar vozes femininas. Muitas dessas práticas são tratadas como "brincadeira" ou "opinião", mas causam dor, medo e afastamento. O ambiente digital, que poderia ser um espaço de expressão e aprendizagem, acaba se tornando um lugar de insegurança para muitas meninas e mulheres.

É importante dizer com clareza: nenhuma forma de violência é aceitável, seja ela presencial ou digital. O fato de estar atrás de uma tela não diminui o impacto das palavras e das ações. Pelo contrário, muitas vezes amplia. Quando uma menina é exposta, ridicularizada ou intimidada online, isso não fica restrito ao virtual. Afeta sua autoestima, sua confiança, sua participação na escola e sua forma de se relacionar com o mundo.

Proteger mulheres e meninas no ambiente digital é uma responsabilidade coletiva. Para elas, alguns cuidados podem fazer diferença: evitar compartilhar dados pessoais e rotinas, configurar a privacidade das redes sociais, não enviar imagens íntimas, desconfiar de contatos desconhecidos, guardar provas em caso de violência (prints, links, mensagens) e buscar ajuda de adultos, da escola ou de canais de denúncia sempre que se sentirem inseguras. Falar sobre o que aconteceu é um passo importante para romper o silêncio.

E para os meninos e homens, fica um convite direto: façam parte dessa mudança. Respeitar mulheres não é apenas "não fazer o mal", é também não apoiar, não



rir, não compartilhar e não se calar diante de situações de violência. É cuidar, proteger, orientar e agir quando necessário. Estamos falando das suas colegas, amigas, mães, irmãs, companheiras. Toda mulher merece circular no ambiente digital com segurança, dignidade e respeito. Construir esse espaço mais seguro é responsabilidade de todos nós.

Onde buscar ajuda

Se você ou alguém que você conhece está passando por qualquer forma de violência, inclusive no ambiente digital, é importante saber que existem canais de apoio e denúncia disponíveis. Você não está sozinha.

• **Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (Brasil)**
Atendimento gratuito, 24 horas por dia, todos os dias da semana. Oferece orientação, acolhimento e encaminhamento para serviços de proteção.

• **190 – Polícia Militar (emergência)**
Para situações de risco imediato ou violência em andamento.

• **197 – Polícia Civil (denúncias)**
Canal para registro de denúncias, incluindo crimes praticados no ambiente digital.

• **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)**
Atendimento presencial para casos de violência física, psicológica, sexual e digital.

• **Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC)**
No Espírito Santo, você pode procurar a delegacia especializada para casos como invasão de contas, exposição de imagens, ameaças e perseguição online.
Telefone: (27) 3137-9062

• **Rede de atendimento à mulher – Espírito Santo**
O acesso pode ser iniciado pelo Ligue 180, que orienta e encaminha para os serviços locais de proteção.

Se houver exposição de imagens, ameaças, perseguição online ou qualquer forma de violência digital, guarde provas (prints, links, mensagens) e procure ajuda. Denunciar é um passo importante para interromper a violência e proteger outras pessoas.
Todas merecem respeito. Sempre.

Nota de transparência sobre uso de imagens
As imagens utilizadas nesta coluna foram geradas por meio de ferramentas de inteligência artificial generativa, com finalidade exclusivamente ilustrativa. Não representam pessoas reais.
A utilização desses recursos observa princípios de uso ético e responsável das tecnologias digitais, bem como as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais, à privacidade e à não identificação indevida de indivíduos.



Mônica Nadja Silva d'Almeida Caniçali é professora e técnica pedagógica da Secretaria da Educação do Espírito Santo, especialista em Gestão de Políticas Públicas para Educação Híbrida. Atua na Gerência de Currículo da Educação Básica, desenvolvendo ações relacionadas ao currículo, à educação digital e à cultura digital.



Ecoformando

O Tema Gerador como estratégia metodológica na Escola do Campo: investigação estudantil sobre Quintais Produtivos e Agroecologia no CEIER-BE (ES/Brasil)

Prof.a Dr.a Larissa de Albuquerque Silva
Prof. M.e Amarilson de Oliveira Candido
Prof. M.e Marcel Merlo Mendes
Esp. Ricardo Pecinali Miotto

O fortalecimento da agricultura familiar e a independências das mulheres camponesas têm ganhado novas dimensões com a implementação dos Quintais Produtivos. Essa iniciativa, liderada pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), foi iniciada em 2014 e abrange dezessete estados brasileiros, segundo dados de 2024. Ele é resultado da luta conjunta das mulheres do campo na demarcação do reconhecimento, dignidade e alcance da renda.

Antes mesmo da formalização como uma política pública, os Quintais Produtivos já faziam parte do ideal de vida do MMC, um projeto cultivado por mulheres como Valcilene Lobato dos Santos e Patricia Fernandes Santos, que hoje atuam na coordenação estadual do referido movimento e integram também o Coletivo LGBT+ da Via Campesina, no estado do Espírito Santo, com articulações nacionais e internacionais.
Dessa maneira, as respectivas lideranças citadas foram as protagonistas interlocutoras na pesquisa realizada pelos(as) educandos(as) da primeira série do Ensino Médio Integrado. Tal estudo teve o objetivo de analisar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na implantação e manutenção do Quintal Produtivo no Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER), localizado no município de Boa Esperança, microrregião Nordeste do Espírito Santo.

Nesse direcionamento, a unidade escolar mencionada está inserida no contexto curricular da Educação do Campo, com abrangência no modelo de Tempo Integral, que oferta o curso técnico integrado em Agropecuária. O período da pesquisa ocorreu de março a julho do ano de 2025, e destacou os processos de organização e reexistências no âmbito das articulações de militância do MMC. O trabalho foi orientado pela Prof.a Dr.a Larissa de Albuquerque Silva, do componente curricular Sociologia e Projeto de Vida, pelo Prof. M.e Amarilson de Oliveira Candido, coordenador do curso técnico em Agropecuária, pelo Prof. M.e Marcel Merlo Mendes, do componente curricular Biologia, e também pelo diretor escolar Ricardo Pecinali Miotto. A pesquisa teve como desdobramento a premiação de segundo lugar no evento 5º Simpósio Incaper Pesquisa - 5º Seminário de Iniciação Científica do Incaper: Inovabilidade no campo - soluções para a resiliência dos agroecossistemas, ocorrido nos dias 21 e 22 de outubro de 2025, em Vitória (ES), na área da Agroecologia.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

A ideia dos Quintais Produtivos surgiu em 2014, a partir da escuta atenta das mulheres sobre suas próprias realidades e necessidades. Nesse contexto, os quintais não se resumem a espaços agrícolas: são territórios de vida, onde se produzem alimentos, saberes e afetos. São espaços de trabalho, convivência e geração de renda, onde se faz pão, bolo e artesanato, cultivam-se hortas e criam-se pequenos animais, com base em práticas agroecológicas e no protagonismo feminino. Os homens colaboram, mas são as mulheres que ocupam cargos e proferem decisões, coordenam e executam as ações. A Marcha das Margaridas, naquele mesmo ano, foi palco da apresentação oficial da proposta, que mais tarde a transformaria em lei federal, via Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023, que institui o Programa Quintais Produtivos para mulheres rurais.

Antes de receber a aprovação legal, as experiências começaram a surgir em nível local. No ano de 2022, um grupo de mulheres em Governador Valadares, no estado de Minas Gerais conseguiu os primeiros recursos por meio de emendas parlamentares e financiamentos internacionais voltados para movimentos sociais.

Desse modo, a pesquisa articulada pelos(as) educandos(as) do CEIER/BE adotou abordagem qualitativa, com dados obtidos por entrevistas semiestruturadas, observações de campo e relatos de experiências práticas como também sobre as trajetórias de vida de Valcilene e Patricia. As mencionadas entrevistas contaram com arguições que envolveram as agentes sociais e os estudantes, impulsionados pelo viés metodológico do Tema Gerador, fundamentado nas vivências e transformações da realidade social, cultural e ambiental, em contexto da Educação do Campo.

As observações foram realizadas de forma participativa, com acompanhamento das atividades no Quintal Produtivo, com registro dos aspectos da rotina, da organização do trabalho, das trocas de saberes e das práticas agroecológicas adotadas. As entrevistas permitiram aprofundar o conhecimento sobre as vivências, o cotidiano e as trajetórias de luta das mulheres camponesas. As observações ainda possibilitaram registrar diretamente a dinâmica do trabalho coletivo, as práticas agroecológicas utilizadas e os modos de organização do espaço produtivo.

Segundo Valcilene Lobato dos Santos e Patricia Fernandes Santos, o CEIER/BE acolheu a proposta de criação de um Quintal Produtivo como locus de experimentação para o desenvolvimento dessa proposta. A intenção inicial era que o projeto se tornasse coletivo, envolvendo as mães dos(as) estudantes em atividades práticas e educativas. Nessa dimensão, a análise detectou que a expectativa de participação das mães dos(as) educandos(as) matriculados(as) na unidade escolar não se concretizou, até então. Assim, constatou-se que essa realidade está alinhada aos desafios enfrentados pelas mulheres, que vão desde a sobrecarga do trabalho doméstico, que recai majoritariamente sobre elas, até questões estruturais relacionadas à mobilização e a sensibilização comunitária. Sob essa ótica, o fortalecimento da continuidade dos Quintais Produtivos promove a conscientização sobre essas realidades e contribui para a construção de relações de afeto, solidariedade e fortalecimento mútuo entre as mulheres, expressas na ideia de “mulheres que apoiam outras mulheres”. Dessa forma, a iniciativa vai além de uma alternativa de geração de renda, representando uma ação política voltada à reestruturação social, por meio da promoção de modos de viver e produzir mais justos, agroecológicos e solidários.

O projeto avança firmemente em seu objetivo, na conscientização e alcance da promoção da autonomia das mulheres que frequentemente não possuem uma fonte de renda, em que ofereça meios de produção e trocas solidárias. A ação segue na unidade escolar por meio das articulações das agentes sociais Valcilene Lobato dos Santos e Patricia Fernandes Santos, em defesa por mais implementações e manutenções de áreas de produção agrícola pelas mulheres camponesas, bem como no crescente número de participação das mulheres. As práticas nos Quintais Produtivos promovem a utilização de adubos orgânicos, plantas com propriedades medicinais e repelentes de insetos, caldas naturais para controle de pragas e doenças, e técnicas de manejo do mato para proteção do solo e das plantas.
Com a regulamentação do Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, fortaleceu-se o protagonismo das mulheres camponesas que lideravam as articulações, possibilitando o surgimento de novas

oportunidades. A parceria entre o MMC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prevê, para o Espírito Santo, a instalação de trinta e um quintais, sendo três destinados ao corte e costura e os demais voltados para a produção de hortaliças, frutas e a criação de pequenos animais como porcos, galinhas e peixes. Todo o recurso obtido com a comercialização da produção permanece com as famílias, sem intermediação. Além disso, é essencial ressaltar que o investimento inicial é não reembolsável, um tipo de financiamento solidário que reconhece o trabalho das mulheres como gerador de valor social e econômico.

As práticas nos quintais estão alinhadas com princípios agroecológicos. Embora não possuam a certificação de orgânicos, devido ao uso de defensivos nas propriedades vizinhas e a dificuldade de acesso a insumos certificados, os produtos são agroecológicos, considerados saudáveis e sem substâncias tóxicas. São utilizados adubos orgânicos, caldas naturais para controle de pragas e doenças, e técnicas de manejo do mato para proteção do solo e das plantas. Esta abordagem reflete um comprometimento abrangente com os alimentos, com o meio ambiente e com as pessoas que se nutrem deles.

Desse modo, os Quintais Produtivos, liderados por mulheres que apoiam outras mulheres, não se restringem a uma alternativa de geração de renda, também representam uma ação política para construir, a partir do cotidiano, modos de viver e produzir que sejam mais justos, sustentáveis e solidários.



Prof.a Dr.a Larissa de Albuquerque Silva
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (2024) e professora na rede estadual na unidade de ensino Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Boa Esperança (CEIER/BE). E-mail: larissa.asilva@educador.edu.es.gov.



Prof. M.e Amarilson de Oliveira Candido
Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo e professor da Educação Profissional no Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Boa Esperança. E-mail: amarilson.candido@educador.edu.es.gov.br.



Prof. M.e Marcel Merlo Mendes
Mestre em Biodiversidade Tropical pela Universidade Federal do Espírito Santo (2019) e professor de Biologia e Ciências no Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Boa Esperança (CEIER-BE). E-mail: marcel.mendes@educador.edu.es.gov.br.



Esp. Ricardo Pecinali Miotto
Licenciado em Biologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC de Salvador/BA, diretor escolar do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Boa Esperança (CEIER/BE). E-mail: ricardo.miotto@edu.es.gov.br.

Revista Diálogos, ano 2, n. 3 (2026) ISSN 3086-5301

SERVIÇO

Conheça o **Ponto de Memória** das **Meninas Bordadeiras de Burarama**, na região de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo. O projeto conta com cinco décadas de atuação e utiliza o bordado como forma de contar e preservar histórias, fortalecer vínculos de convivência comunitária, além de construir e reafirmar formas de resistência de mulheres que se reunem para falar de si, usando o bordado como ferramenta de transformação social.



Meninas Bordadeiras | Instagram

Livro BORDEI





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Educação